

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

THAIRINE NASCIMENTO COSTA

**PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS
CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE**

São Luís
2021

THAIRINE NASCIMENTO COSTA

**PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS
CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Maranhão
como requisito obrigatório para obtenção
do grau de bacharel em Biblioteconomia.
Orientadora: Profa. Dra. Dirlene Santos
Barros.

São Luís
2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa, Thairine Nascimento.

Preservação e Conservação de documentos no contexto dos cursos de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste / Thairine Nascimento Costa. - 2021.

77 f.

Orientador(a): Dirlene Santos Barros.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Conservação de documentos. 2. Curso de Biblioteconomia. 3. Preservação de documentos. 4. Projeto Pedagógico do Curso. 5. Regiões Norte e Nordeste. I. Barros, Dirlene Santos. II. Título.

THAIRINE NASCIMENTO COSTA

**PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS
CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Maranhão
como requisito obrigatório para obtenção
do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: 29/04/2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dirlene Santos Barros – Orientadora

Doutora em Ciências da Informação
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Jaciara Januario da Silva

Doutora em Multimédia em Educação
Universidade Federal do Maranhão

**Profa. Dra. Maria da Glória Serra
Pinto de Alencar**

Doutora em Política Públicas
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Dirlene Barros, por aceitar fazer parte deste momento, por sempre me apoiar, me guiar e me ajudar a chegar até aqui;

À minha família: meus pais, Aderson e Núbia Costa e meus padrinhos, José de Ribamar e Rosineide Costa, por serem minha base, por sempre apoiarem minhas decisões e colaborarem com o meu crescimento. Aos meus irmãos, Anderson e José Costa, por me distraírem ao longo da escrita. Aos meus primos, Gleiciane e Gleidson Costa, por instigarem a leitura na minha vida;

As minhas amigas da infância/colégio, Lídia Borges e Millena Cruz que sempre estão ao meu lado me dando apoio;

As minhas amigas da universidade, Erika Jordana, Djane Silva, Lucas Nogueira e Taynara Mendes, que fizeram com que a caminhada acadêmica se tornasse mais leve;

Ao meu namorado, Victor Henrique Lemos, pela paciência, compreensão e por sempre me impulsionar a acreditar em mim, quando eu já não fazia isso;

A todos os professores do Departamento de Biblioteconomia, que contribuíram de forma significativa com o meu crescimento acadêmico, em especial, a Profa. Dra. Maria da Glória, pela tutoria do Programa de Educação Tutorial (PET), grupo no qual compreendi o quanto importante é a pesquisa e o trabalho em equipe e a Profa. Dra. Jaciara Januário que aceitaram participar da pré-banca deste trabalho, contribuindo por meio de suas leituras, análises e sugestões.

“Palavras são, na minha humilde opinião,
nossa inesgotável fonte de magia.”
(DUMBLEDORE – HARRY POTTER E
AS RELÍQUIAS DA MORTE: PARTE 2,
2011).

RESUMO

Estudo sobre Preservação e Conservação de documentos em Escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste. Objetiva analisar a inserção da disciplina de Preservação e Conservação de documentos nos currículos dos cursos de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica e documental para a construção do texto sobre a formação do bibliotecário, sua dimensão educativa e acadêmica no Brasil, bem como a preservação e conservação de documentos. A abordagem é qualitativa, além de ser uma pesquisa exploratória, explicativa e descritiva. A coleta de dados ocorreu por meio da pesquisa documental realizada nos Projetos Pedagógicos das Escolas de Biblioteconomia das Universidades Federais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, João Pessoa, Maranhão, Natal, Pará, Pernambuco, Rondônia e Sergipe e na Universidade Estadual do Piauí. Verificou-se que a temática estudada ainda fica a margem dos conteúdos trabalhados pela maior parte dos PPC dos Cursos investigados, embora, ela seja pulverizada em outras disciplinas. Conclui-se que as disciplinas específicas sobre preservação e conservação de documentos são fundamentais na formação do futuro bibliotecário para a garantia de que seus usuários consigam recuperar a informação, colaborando com a sua atuação na unidade de informação e com a sociedade.

Palavras-chave: Preservação de documentos. Conservação de documentos. Curso de Biblioteconomia. Projeto Pedagógico do Curso. Região Norte. Região Nordeste.

ABSTRACT

Study on the Preservation and Conservation of documents in Library Schools in the North and Northeast regions. It aims to analyze the insertion of the discipline of Preservation and Conservation of documents in the curriculum of Librarianship courses in the North and Northeast regions. Bibliographic and documentary research is used to construct the text on the formation of the librarian, its educational and academic dimension in Brazil, as well as the preservation and conservation of documents. The approach is qualitative, in addition to being exploratory, explanatory and descriptive research. Data collection was achieved through documentary research carried out in the Pedagogical Projects of Library Schools at the Federal Universities of Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, João Pessoa, Maranhão, Natal, Pará, Pernambuco, Rondônia and Sergipe and at the State University of Piauí. We found that the subject studied is still outside the content worked on by most of the PPCs of the investigated courses, although it is dispersed in other disciplines. It is concluded that the specific disciplines on Preservation and Conservation of documents are fundamental in the formation of the future librarian to ensure that its users are able to retrieve the information, collaborating with their performance in the information unit and with society.

Keywords: Preservation of documents. Conservation of documents. Librarianship course. Course's Pedagogical Project. North region. Northeast Region.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Alunos e localidade das novas escolas de Biblioteconomia.....	29
Quadro 2 –	Disciplinas dos três anos do curso de Biblioteconomia.....	30
Quadro 3 –	Fundação do curso de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste.....	31
Quadro 4 –	Escolas de Biblioteconomia nas regiões Norte e Nordeste.....	51
Quadro 5 –	Ano de criação e currículos vigentes das escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste.....	53
Quadro 6 –	Endereço do sítio, ano de criação e currículos vigentes das escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste.....	56
Quadro 7 –	Disciplinas referentes à temática de Preservação e Conservação de documentos nas escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste.....	57
Quadro 8 –	Ementas das disciplinas ofertadas sobre a temática Preservação e Conservação de documentos.....	58
Quadro 9 –	Menção ao estudo de Preservação e Conservação de documentos em algumas disciplinas das escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste.....	60
Quadro 10 –	Competência sobre a temática de Preservação e Conservação de documentos dos PPC.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEBD	Associação Brasileira de Escola de Biblioteconomia e Documentação
ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABER	Associação Brasileira de Encardenação e Restauero
ABRACOR	Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APEM	Arquivo Público do Estado do Maranhão
BN	Biblioteca Nacional
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPA	<i>Commission on Preservation and Access</i>
CPBA	Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Escola de Comunicações e Artes
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
ENEBCI	Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação
FEBAB	Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Funarte	Fundação Nacional de Artes
GTs	Grupos de Trabalho
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEDCC	<i>Northeast Document Conservation Center</i>
NPO	Preservação Nacional
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal de Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCa	Universidade Federal do Cariri
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal do Sergipe
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: o tecer contínuo do profissional em transinformação.....	17
2.1	Dimensão educativa da Biblioteconomia no Brasil.....	24
2.2	A formação acadêmica dos bibliotecários.....	32
3	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS.....	39
3.1	A preservação de documentos como possibilidade de acesso à informação.....	40
3.2	Conservação preventiva.....	43
3.3	A competência do bibliotecário para trabalhar a preservação e conservação de documentos.....	46
4	ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	51
4.1	Contexto da pesquisa.....	53
5	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE A PARTIR DOS PPC.....	57
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

Escrever um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não é uma tarefa fácil, sobretudo, quando a temática se apresenta ao discente como único e exclusivo. Assim, é preservação e conservação de documentos que, em um primeiro olhar, parece se voltar somente à antiguidade, mas, traz em si, a manutenção da autenticidade de uma informação, a memória de um fato e o registro de um feito que o tempo não apagou.

É nesse sentido, as atividades de preservação e conservação de documentos não se delimita somente as:

[...] medidas para se evitar a deterioração apenas de obra raras e coleções consideradas ‘especiais’. Ao contrário, todo tipo de coleção, seja ela especial, de livros didáticos de periódicos ou de materiais não convencionais (discos, fitas, microformas, etc), deve receber os cuidados necessários para minimizar possíveis danos, a que esteja sujeita, antes mesmo de os materiais serem inseridos no acervo (NASSIF, 1992, p. 11).

Percebe-se que a autora evidencia a preocupação com o registro da informação antes que ela seja acondicionada no acervo, independente, do suporte, pois qualquer dano que ocorra ao documento repercutirá diretamente na informação.

Dessa forma, ao se pensar nas ações de preservação e conservação de forma distinta, seus procedimentos são vinculados: enquanto a preservação é ligada as decisões gerenciais, referente a políticas, métodos, técnicas, entre outros aspectos; a conservação é formada pelos métodos que visam melhorar o estado físico do suporte, prolongando sua vida útil, onde ambas buscam resguardar a informação contida no material.

Essa temática vem à baila ao voltar o nosso olhar para o contexto pandêmico instaurado nos dias atuais, onde a informação se torna desinformação, a ciência é negada e os fatos deturpados. Parece, em um primeiro olhar, que preservar e conservar documentos tornou-se condição probatória, legal e, sobretudo, o registro da memória.

Nesse contexto, ao dialogar diretamente com o curso de Biblioteconomia, onde seu principal objeto de estudo é a informação registrada e seu campo do conhecimento, por natureza, interdisciplinar tem como um dos seus desafios, responder ao mundo do trabalho por meio da formação dos seus profissionais.

Nesse compasso, a temática preservação e conservação de documentos torna-se parte da agenda dos cursos de Biblioteconomia ao considerar que o país deixa para segundo plano a preservação de suas instituições de informação e, por consequência, de seus documentos. Tal afirmativa se respalda mais ainda, quando se estuda os desenhos curriculares dos cursos de

Biblioteconomia que devem formar discentes que saibam agir quando os acervos sob sua gestão estiverem em perigo.

Sabe-se que a origem da Biblioteconomia não institucional é relacionada à criação das bibliotecas primitivas, como a Biblioteca Ebla, na Síria, considerada a primeira biblioteca (terceiro milênio a. C.). No Brasil, ela surge na Bahia na metade do século XVI, através de ordens religiosas, que formaram em seus conventos as primeiras bibliotecas do país (SAGREDO; NUÑO, 1994).

Desse modo, foi incluída em um paradigma institucional das bibliotecas públicas, no final do século XIX e início do XX, especificamente nos Estados Unidos, assim também ocorre na Bahia com sua primeira biblioteca pública, localizada no antigo Colégio dos Jesuítas, como também o primeiro curso de Biblioteconomia, no Rio de Janeiro, oferecido pela Biblioteca Nacional (BN) no ano de 1915, e logo depois em São Paulo, em 1929 (SUAIDEN, 1980; CASTRO, 2000).

A partir disso, a área foi ganhando espaço, avançando para o campo profissional. E para que isso fosse possível, foi necessário a construção de um currículo, balizando-se, para tanto, na Lei nº 4.024 de 1961, Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB) – base do sistema educacional brasileiro – com o seu primeiro normativo, que passou por mudanças, no intuito de se adequar as demandas do âmbito público e privado (PRUDENCIO; RODRIGUES, 2015).

Esses ordenamentos jurídicos garantiram, assim, a formação acadêmica dos seus profissionais. Levando em conta, a realidade do momento histórico atual e suas necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais, que devem estar presentes na estruturação do currículo, assim como demandas que possam a ser sugeridas por docentes ou discentes, e que podem contribuir de maneira profícua com a formação do graduando.

Dentro desse cenário, é que se justifica a escolha pela investigação sobre a temática de Preservação e Conservação de documentos, tendo surgido a partir de uma visita técnica realizada ao Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), no 1º período com o professor que ministrava a disciplina de Fundamentos de Biblioteconomia. Na ocasião, cada espaço foi devidamente apresentado, em especial, o Laboratório de Conservação e Restauração dos documentos.

Esse conteúdo foi aguçado à proporção que a pesquisadora ia cursando as disciplinas do Currículo do curso de Biblioteconomia, pois percebia a lacuna em relação à aludida temática seja na oferta de uma disciplina (obrigatória ou optativa) específica que abordasse a

preservação e conservação de documentos de forma teórica e prática, seja como assunto transdisciplinar nas disciplinas.

Todavia, destaca-se que esse assunto foi trabalhado dentro da Unidade 3 – Política de Arquivo, na disciplina Arquivística, mas de forma superficial, considerando a carga horária e o conteúdo a ser ministrado pela disciplina de 60 horas.

Essas vivências alimentaram a inquietação inicial e confirmou a importância que a temática representa para a área da Biblioteconomia, considerando que a preservação e conservação de documentos, independe do suporte, colaborando de maneira efetiva para a proteção da informação que consta nos documentos, pois tem “[...] por objetivo garantir a autenticidade e a integridade da informação, enquanto o acesso depende de os documentos estarem em condições de serem utilizados e compreendidos.” (BRASIL, 2005, p. 2).

Afirma-se, assim, a necessidade da temática Preservação e Conservação de documentos, integrar o currículo de Biblioteconomia, uma vez que, em face das constantes transformações dos suportes de informação aglutinadas às condições ambientais, sociais e culturais, a função de preservar e/ou conservar a informação reside em permitir o acesso a quem for de direito, na preservação da memória da produção intelectual dos indivíduos, das instituições e da sociedade. E, a Universidade, que forma o bibliotecário tem um papel cabal nesse processo através de seus currículos visando atender as demandas do mundo do trabalho.

Dessa forma, tem-se como objetivo geral “analisar a inserção da disciplina de Preservação e Conservação de documentos nos currículos dos cursos de Biblioteconomia nas regiões Norte e Nordeste”. E como objetivos específicos: identificar a existência do conteúdo Preservação e Conservação de documentos nos currículos do curso de Biblioteconomia; caracterizar o conteúdo de Preservação e Conservação de documentos trabalhados nessas disciplinas; verificar o lugar ocupado pelo conteúdo de Preservação e Conservação de documentos na matriz curricular dos cursos.

Assim, o objeto de estudo, desta investigação são as disciplinas de preservação e conservação de documentos, cuja coleta de dados ocorreu nos cursos de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste, a saber: três da região Norte: Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal de Amazonas (UFAM) e Universidade Federal do Pará (UFPA); e dez da Nordeste: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Cariri

(UFCa), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Estadual do Piauí (UEPI).

A escolha pelas regiões Norte e Nordeste ocorreu em função de possuírem similaridades econômicas, sociais, geográficas e políticas, assim tendo as demandas do mundo do trabalho equivalentes.

Em termos metodológicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental para construir o referencial teórico, além das pesquisas exploratórias, explicativas, descritivas com abordagem qualitativa, cuja coleta de dados ocorreu pela análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia das Universidades referenciadas acima no tocante ao conteúdo de Preservação e Conservação de documentos para os futuros profissionais bibliotecários.

Para tanto, esta pesquisa está estruturada em uma introdução, onde apresenta-se uma visão geral sobre o trabalho a partir de seus objetivos, metodologia e importância. A partir de então, há quatro seções, sendo que a segunda aborda a formação do bibliotecário, sua dimensão educativa no Brasil e sua formação acadêmica. A terceira seção, é constituída pela concepção de Preservação e Conservação de documentos e a competência do bibliotecário para trabalhar com essa área.

Por conseguinte, na seção quatro traça-se a abordagem metodológica utilizada, contextualizando as Escolas de Biblioteconomia que fizeram parte do estudo. Na seção cinco, apresenta-se os dados coletados com as discussões embasadas pela literatura e o olhar da pesquisadora. Por fim, apresenta-se a seção seis com as considerações finais.

2 FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: o tecer contínuo do profissional em transinformação

Pede-se permissão ao periódico *Transinformação*¹ por fazer uso do seu título para compor o subtítulo desta seção. Isto ocorre por se defender o contexto dinâmico informacional que o bibliotecário atua e, a partir deste contexto, sua formação identitária, social, política e profissional é tecida diariamente no seu exercício profissional, na sua formação continuada e no seu engajamento nos órgãos de classe. É a informação tecendo a formação contínua desse profissional.

Essa afirmação se respalda porque a Biblioteconomia é um campo do conhecimento interdisciplinar² que agrega outras áreas no seu interior o que possibilita-a investigar métodos de organização, representação e preservação da informação e do conhecimento em distintos ambientes da informação.

O seu surgimento, não institucional, está estritamente ligada à criação das bibliotecas primitivas, na Antiguidade, como a Biblioteca Ebla, na Síria, considerada a primeira biblioteca (terceiro milênio a. C.), cujo acervo era constituído por uma coleção composta por textos: administrativos, literários e científicos, organizados de forma criteriosa em estante. Organização esta, que pode ser considerada como a origem dos princípios da Biblioteconomia (SAGREDO; NUÑO, 1994).

Percebe-se que organização da biblioteca de Ebla, externa a reflexão sobre a aplicação de técnicas no processo de criação, organização e gestão das bibliotecas na construção da Biblioteconomia, conforme declaram Santos e Rodrigues (2013, p. 116):

A necessidade de organizar, conservar e divulgar os documentos, desde o início da escrita até a época moderna, levou as bibliotecas a criarem uma série de procedimentos e métodos que, apesar de possuírem caráter eminentemente técnico, visando à resolução de problemas práticos, formaram um conjunto de técnicas e de questões envolvendo a rotina dessas técnicas que, ao longo do tempo, se constituíram na base da futura disciplina Biblioteconomia.

¹ *Transinformação* é um dos periódicos do campo da Ciência da Informação, criada em 1989, que publica artigos do aludido campo e da Biblioteconomia, bem como áreas correlatas. É editada pelo Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sendo indexada por várias bases nacionais e internacionais. Desde 2000 seu formato é eletrônico e tem Qualis A1 dentro das Ciências Sociais Aplicadas, atribuída pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Fonte: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo>.

² A Biblioteconomia é uma área interdisciplinar que agrega: Ciência da Informação; Arquivologia; Museologia; Sociologia; Filosofia; História, uma vez que o estudo da Biblioteconomia ultrapassa as bibliotecas, em busca de elementos para atuar efetivamente nas necessidades do cotidiano da sociedade (SILVA; FEITOSA, 2007).

Outro exemplo clássico, nesse sentido, foi a famosa biblioteca de Alexandria, constituída em grande parte por decreto de Ptolomeu III, que definia que todos os navios que ali atracassem tinham que disponibilizar seus livros para que fossem feitos cópias. Assim, sua biblioteca enriqueceu e buscou abrigar a totalidade de todo o conhecimento humano registrado (SANTOS; RODRIGUES, 2013).

É importante destacar que essa biblioteca possuía em seu espaço rolos de papiros arrumados em estantes, em nichos ou contra as paredes. E para que existisse uma maior organização e precisão de onde encontrar os documentos, Calímaco de Cirene, poeta oficial da corte e que também trabalhava na biblioteca, considerado o primeiro bibliotecário, criou uma classificação geral do acervo, os então, denominados catálogos, onde foi registrada toda a coleção de papiros e códices, em torno de 500.000 mil. Estes foram listadas por ano, autor e palavras-chave, ocupando 120 rolos, contudo o critério de inclusão desse catálogo era apenas dos autores que mais se destacavam em suas áreas (CABRAL, 2010).

Já na Idade Média, o desenvolvimento da Biblioteconomia ocorreu, predominantemente, no campo religioso, uma vez que o poder era concentrado na e pela Igreja. Os mosteiros e conventos eram os responsáveis pela preservação da antiga cultura greco-romana, essa incumbência fez com que eles fossem definidos como bibliotecas. Entretanto, é importante pontuar que em seu início, essas bibliotecas eram apenas a continuação das bibliotecas da Antiguidade, pois o seu acervo ainda era fechado ao público em geral e sua definição ainda se dava como guardião e não como propagadora da informação (SANTOS, 2012).

Outro aspecto comum, era que o ambiente da biblioteca requeria um silêncio total, por isso, no momento de solicitar o pedido de uma obra, era necessário realizar gestos para o bibliotecário, e segundo Paiva e Lopes (2008, p. 162) para requisitar um livro de que tivesse como autor um pagão “[...] o copista fazia o sinal para o bibliotecário indicando o livro da seguinte forma: estendia os braços, movimentando a mão direita como se virasse páginas e por se tratar de obra de autor pagão, coçava uma das orelhas, como fazem os cachorros.”.

Um exemplo de como as bibliotecas eram geridas naquela época, é a do filme, “O nome da Rosa” (1986), baseado no romance histórico lançado em 1980, que leva o mesmo nome do filme, de autoria do escritor italiano Umberto Eco, onde o acesso aos livros da biblioteca do mosteiro era permitido aos religiosos que ali estavam e, ainda assim, de maneira restrita, pois em sua maioria os livros estavam acorrentados e nem podiam sair daquele recinto. Se o religioso quisesse realizar a leitura era necessário ocorrer no espaço da

biblioteca, e existiam ainda muitos exemplares que ficavam escondidos dos olhares de todos, por seu conteúdo ser considerado um sacrilégio para a Igreja.

Apesar disso, os monges contribuíram de forma significativa para salvar muitas obras cristãs e da Antiguidade, através do trabalho de escriturário, onde eles realizavam cópias sucessivas de muitas obras. E com o passar do tempo ocorreram mudanças, pois com o gradativo aumento das universidades, cresceu também o número de estudantes e de textos prescritos para estudo. Uma solução para esse problema poderia ser a diminuição do custo dos livros, apesar disso os recursos utilizados para a sua fabricação ainda eram muitos caros. Então, a solução foi abertura das bibliotecas que já existiam, resultando no acesso às bibliotecas dos mosteiros (SANTOS, 2012).

Todavia, com o grande crescimento da imprensa por Gutenberg, em 1440 (permaneceu equivalente até o início do século XX), ocorreu uma inovação tecnológica na produção dos livros, o que acabou cooperando com o seu barateamento e distribuição, e com o declínio do poder da Igreja na época (ORTEGA, 2004).

Esses feitos contribuíram para a expansão das oficinas especializadas de reprodução de manuscritos, local onde a reprodução de manuscritos (ideia baseada na biblioteca de Alexandria) passou a ser realizada. Porém, sua importância só ganhou evidência a partir do século XVII, em países mais desenvolvidos da Europa e logo depois nos Estados Unidos (SANTOS; RODRIGUES, 2013).

Outro ponto essencial para a Biblioteconomia foi a obra *Advis pour adresser une bibliothèque* do escritor francês Gabriel Naudé³, no ano de 1644, onde há o registro dos primeiros princípios da Biblioteconomia moderna, entre eles a exposição de conceitos que podem ser definidos como uma ordem bibliográfica. Para ele essa ordem tornaria o saber acessível e partilhado, cuja organização seria de razão política da biblioteca, como espaço público com um acervo não constituído apenas com livros de cunho religioso (AMORIM, 2010). Naudé compreendia que:

[...] a dificuldade dos usuários em efetuar pesquisas, por este motivo, embora sendo os censores e as restrições tão rígidas na França, onde ainda as bibliotecas possuíam seus livros trancados a correntes nas prateleiras e os livros heréticos guardados em caixa fechada, ele queria ajudar. Sua intenção era fornecer uma biblioteca de referência pública onde todos, inclusive os estudantes das províncias pudessem fazer consultas, sendo acolhidos por um bibliotecário hábil e gentil (AMORIM, 2010, p. 43).

³ Gabriel Naudé foi escritor e bibliotecário, e colaborou de maneira ativa para uma biblioteca que realmente atendesse seu público de forma efetiva (ORTEGA, 2004).

O acesso livre a biblioteca pela população e a presença do bibliotecário com habilidades próprias eram defendidas por Naudé e que continuam fazendo parte das agendas das escolas de Biblioteconomia e dos organismos de classe. Soma-se a defesa dele a biblioteca como uma instituição “[...] pública e universal. Pública no sentido de aberta a todos e universal por conter todos os autores (ele não escreveu ‘livros’, mas ‘autores’) que tivessem escrito sobre a diversidade dos assuntos interessantes ao ser humano, em particular as artes e ciências.” (COELHO, 1997, p. 76).

No século XIX, a Biblioteconomia surgiu com mais uma definição criada por Martin Schrettinger, em sua obra *Bibliothek-Wissenschaft*, que estabelece a “[...] Biblioteconomia como o resumo de todas as diretrizes teóricas necessárias para a organização intencional de uma biblioteca, indicando que o foco da Biblioteconomia é assegurar o acesso rápido e certo aos documentos na biblioteca.” (SANTOS; RODRIGUES, 2013, p. 119). Schrettinger concebia a Biblioteconomia como uma área de cunho tecnicista com o objetivo apenas de indexação, catalogação e organização das obras de uma biblioteca. E no ano de 1839, o termo Biblioteconomia foi usado pela primeira vez, na obra *Bibliothéconomie: instructions sur l'arrangement, la conservation e l'administration des bibliothèques*, de autoria do livreiro e bibliógrafo Léopold-Auguste-Constantin Hesse (ORTEGA, 2004).

Nesse período, é publicado na Inglaterra 91 regras de catalogação, desenvolvidas pelo bibliotecário Anthony Panizzi, juntamente com alguns colaboradores, intitulada *Rules for the Compilation of the Catalog: Catalogue of Printed Books in British Museum*. Em 1853, o bibliotecário americano, Charles Coffin Jewett, divulga 33 regras de catalogação, todas baseadas em Panizzi, para o *Smithsonian Institution*, nos Estados Unidos (SANTOS; RODRIGUES 2013).

Em 1876, Melvil Dewey, divulga seu trabalho denominado de Classificação Decimal, nos Estados Unidos, e mais conhecido como Classificação Decimal de Dewey (CDD). Sendo o primeiro trabalho direcionado a classificação utilizada na época e até os dias atuais. Todavia, ele não foi o único a publicar algo desse gênero, no mesmo período Charler Ammi Cutter, consegue difundir suas regras (369) para um Catálogo Dicionário, com o código de catalogação e seus propósitos, designado *Rules for a Printed Dictionary Catalog* (ORTEGA, 2004). Ambos sendo essenciais para o ensino da área de Biblioteconomia atualmente.

Em 1895, o Instituto Internacional de Bibliografia é criado, pela iniciativa dos pesquisadores belgas Henri La Fontaine e Paul Otlet, que buscavam produzir uma bibliografia universal que detivesse a produção mundial de impressos compilados por meio de fichas. Produção essa baseada nas técnicas da Biblioteconomia e no catálogo produzido por Dewey,

vindo a contribuir com a recuperação de conteúdo, uma vez que, ocorre um aumento nas publicações periódicas (SANTOS; RODRIGUES 2013).

Ao final do século XIX e início do XX, especificamente, nos Estados Unidos, a Biblioteconomia começou a se expandir com base no paradigma institucional das bibliotecas públicas, que eram definidas e estruturadas a partir dos preceitos da Escola de Chicago, que possuía influência da vertente pragmática do filósofo John Dewey, que buscava definir um diálogo entre teoria e prática, assim como, a teoria social interdisciplinar e a teoria da indústria cultural e a alienação social da Escola de Frankfurt⁴, pois seus estudos se aproximavam da realidade vivenciada pela Escola de Chicago no período pós-guerra, e também a influência do sociólogo Émile Durkheim, sob a perspectiva biblioteconômica (VIEIRA; KARPINSKI, 2018).

A Escola de Chicago foi estabelecida como o modelo de bibliotecas nos Estados Unidos, no período dos anos 1920 e 1930, sendo considerada então, como uma instituição de teor social, voltada a memória cultural, que colaborava com o acesso do indivíduo a informação (SANTOS; RODRIGUES 2013).

Ainda no século XX, o matemático e bibliotecário, Ranganathan revolucionou a profissão do bibliotecário na Índia e no mundo com suas obras, considerado o “Pai da Biblioteconomia”. Uma de suas inovações mais conhecidas até os dias atuais é a classificação facetada do mundo através de Cinco Categorias Fundamentais ou Cinco Leis da Biblioteconomia (*Five Laws Of Library Science*), que são elas: 1ª os livros são para usar; 2ª a cada leitor seu livro; 3ª a cada livro seu leitor; 4ª poupe o tempo do leitor; 5ª a biblioteca é um organismo em crescimento. Estas regras visam à inter-relação do trabalho desenvolvido na biblioteca junto com o que usuário necessita (SOUSA; TARGINO, 2016).

No século XXI, o grande destaque para a Biblioteconomia é o foco que a informação adquire com um bem de consumo, afinal ela carrega consigo valores políticos, econômicos e sociais. Esse valor da informação pode potencializar no bibliotecário, competências para que ele se torne um agente social transformador, munido de conceitos éticos, políticos e morais (AMORIM, 2010).

Esse contexto pode possibilitar, ainda, ao bibliotecário a expansão da sua área de atuação como: centros culturais, área de comunicação, enfim, os mais diversificados espaços

⁴ A Escola de Frankfurt foi uma junção de pensadores e cientistas sociais alemães, inicialmente composto por: Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Erich Fromm e Herbert Marcuse (RUDIGER, 2001).

que lidem com informação, abandonando a visão estereotipada de que esse profissional apenas atua em bibliotecas escolares, públicas e universitárias (AMORIM, 2010).

Os avanços acima referenciados foram salutar para que a área da Biblioteconomia tomasse forma e avançasse no campo profissional. Todavia, foi necessária a construção de um currículo⁵ para a formação acadêmica dos seus profissionais. Importante ressaltar que a expressão currículo foi mencionada pela primeira vez em 1633, em registros da Universidade de Glasgow, Escócia, embora, a referência fosse voltada ao curso em sua totalidade seguida pelos estudantes, mas, de certa forma, já compreendia o viés de um projeto/estratégia de aprendizagem (LOPES; MACEDO, 2013).

O currículo caracterizado como objeto de estudo e pesquisa, só ocorreu em torno de 1920, nos Estados Unidos, ligado diretamente ao processamento de massificação da escolarização e a intensa industrialização. Com isso, sua concepção englobou procedimentos e métodos que poderiam ser quantificados, o que colaborou para a aceitação no ambiente escolar, tornando-o um objeto de campo profissional de estudo e pesquisa, e, também, de grande relevância na esfera educacional (HORNBERG; SILVA, 2007).

Paralelamente, no Brasil, já se percebe no ano de 1990, o currículo ganhando mais ênfase com o surgimento de pesquisas em grupos de trabalho (GT) conectadas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação⁶ (ANPEd) (BERTICELLI; TELLES, 2017).

O primeiro GT foi em 1994, pela pesquisadora Sandra Corazza⁷, intitulado “O construtivismo pedagógico como significado transcendental do currículo”, sendo o passo inicial para o seguimento de estudos nesse meio, direcionando-o para os currículos em bases filosófico-teóricas pós-crítica (BERTICELLI; TELLES, 2017).

Dentre as teorias que apresentam a temática do currículo, a que mais se aproxima do assunto já abordado, é sobre o currículo multiculturalista. Esta teoria defende que as escolas, principalmente, as universidades tivessem mais representatividade de outras culturas e não apenas a do grupo social dominante (MALTA, 2013).

⁵ O currículo “[...] proporciona uma ordem por meio da regulação do conteúdo da aprendizagem e ensino na escolarização moderna, uma construção útil para organizar aquilo do qual deve se ocupar a escolarização e aquilo que deverá ser aprendido.” (SACRISTÁN, 2013, p. 19).

⁶ A ANPEd “É uma entidade sem fins lucrativos e econômicos, com duração ilimitada, que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, professores/professoras e estudantes vinculados (das) a estes programas e demais pesquisadores/pesquisadoras da área.” (ANPEd, 2012, p. 1).

⁷ Sandra Corazza é licenciada em Filosofia, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem como linha de pesquisa as Filosofias da diferença em Educação.

Com isso, alavancou-se duas dimensões: a liberal/humanista, que intercede pelo respeito, tolerância e a boa convivência entre todas as culturas; e a crítica, que apesar da junção das culturas, as relações de poder continuariam funcionando da mesma forma (MALTA, 2013).

Existindo ainda outras duas vertentes de teorias sobre o currículo, como a tradicional, que tem como foco a identificação dos objetivos colocados pela instituição, para que assim consiga formar de modo eficaz garantindo resultados melhores, mas para que isso ocorra de forma mecânica e burocrática, representada pelo professor e escritor, John Franklin Bobbitt, que defendia que uma escola deveria operar de maneira comercial ou industrial (MALTA, 2013).

A teoria crítica, que predomina no ano de 1960, é caracterizada pelo seu modo de compreensão pelo olhar da análise marxista⁸, surgindo então uma relação entre educação e ideologia, no qual sua inquietação era no desenvolvimento de conceitos que fizessem compreender o que o currículo se dispunha a realizar (MALTA, 2013, p. 347), como também

[...] observar as experiências cotidianas sob uma perspectiva profundamente pessoal e subjetiva, como também levar em consideração as formas pelas quais estudantes e docentes desenvolviam, por meio de processos de negociação, seus próprios significados sobre o conhecimento.

Através disso, alguns pensadores desenvolveram teorias, que apesar de assemelharem, possuíam algumas divergências, e assim foram recebidas pela sociedade como críticas (MALTA, 2013).

Ainda que o currículo possa ser idealizado de outras formas, segundo Domingues (1985 apud MALTA, 2013, p. 343) existem quatro:

- a) um currículo formal – prescrito como desejável de forma normativa; b) um currículo operacional – que realmente ocorre e pode ser observado em sala de aula; c) um currículo percebido – que o professor diz estar desenvolvendo; d) um currículo experienciado – que é percebido pelos alunos e ao qual eles reagem.

Observa-se, conforme o autor supracitado, que o primeiro, imagina-se ser o único a existir, mas o que nele consta, às vezes, não é posto em prática. O percebido é o olhar do docente sobre o processo de ensino-aprendizagem, de como o conhecimento é compreendido. Em relação às vertentes operacional e experienciado, a prática dos objetivos são definidos

⁸ A análise marxista é “[...] a teoria crítica da sociedade parte de um diagnóstico da época da qual ela mesma participa. [...] não pretende apenas descrever a realidade social de modo mais acurado que as demais, mas também transformar essa realidade mesma ou, ao menos, oferecer à consciência de sua época uma crítica radical, que visa possibilitar a superação dos problemas que ela mesma aponta. [...] busca, na própria realidade social, elementos emancipadores, cujo desenvolvimento traz racionalidade a um mundo ainda submetido, ao menos em grande parte, aos grilhões da ignorância e da superstição.” (FLECK, 2012, p. 75).

tanto da parte do professor, quanto do aluno, e, devem ser construídos de forma interligada para que os objetivos estabelecidos realmente sejam alcançados. Assim, compreende-se que o currículo de um curso é o primeiro passo a ser dado, como afirma Sacristán (2017, p. 15-16):

O currículo, como projeto baseado num plano construído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e a sua realização, algo que se há de comprovar e que nessa expressão prática concretiza seu valor. É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc. Desenvolver essa acepção do currículo como âmbito prático tem o atrativo de poder ordenar em torno deste discurso as funções que cumpre e o modo como as realiza, estudando-o processualmente: se expressa numa prática e ganha significado dentro de uma prática de algum modo prévio e que não é função apenas do currículo, mas de outros determinantes. É o contexto da prática, ao mesmo tempo em que é contextualizado por ela.

Nesse contexto, tem-se de maneira mais simplificada Lopes e Macedo (2013, p. 15) que concebem o currículo como uma “[...] ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo.”, tendo em vista, a realidade do momento e suas necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais, que devem estar presentes na estruturação do currículo, assim como demandas que possam vir a ser sugeridas por docentes ou discentes, e que podem contribuir de maneira profícua com a formação do graduando.

Por isso, deve ser realizada uma análise, para comprovar que suas determinações seguem de acordo com o que o curso propõe, ou seja, sua missão e visão, que diferem conforme a localidade, uma vez que, o currículo é à base do ensino de escolas, dos cursos de ensino superior e de cursos em âmbito geral.

2.1 Dimensão educativa da Biblioteconomia no Brasil

O movimento fundante da Biblioteconomia no Brasil tem sua origem na Bahia, na metade do século XVI, quando ordens religiosas se estabeleceram ali, entre elas: Companhia de Jesus, Ordem dos Frades Menores (Franciscanos), Ordem de São Bento, Ordem Carmelita e a Congregação do Oratório. Em seus conventos foram formadas as primeiras bibliotecas do país, construídas para auxiliar nas práticas da catequese, no ensino e na formação de novos religiosos, cujo acesso era permitido ao público em geral para que houvesse educação para todos (SILVA, L., 2010).

Na segunda metade do século XIX, o diplomata Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como marquês de Pombal, decidiu pelo término dos noviciados, local onde os jovens eram preparados para a sua consagração religiosa. Com isso, o número de frades diminuiu e os conventos sofreram um declínio, juntamente com seus bens, o que incluía as

bibliotecas fornecidas por eles. A iniciativa do término dos noviciados tornou possível a criação da biblioteca no Colégio da Bahia, em 1568, que teve como base as obras das bibliotecas dos conventos. E com essa demanda, em 1604, o jesuíta português, Antônio Gonçalves, foi nomeado como o bibliotecário da biblioteca do Colégio da Bahia (SILVA, L., 2010; ALMEIDA, 2012).

Após alguns anos, o jesuíta francês Antônio da Costa, que participava da ordem religiosa católica, Companhia de Jesus, se tornou o diretor da biblioteca do Colégio da Bahia devido ao seu conhecimento dos ofícios relacionados aos livros, como: tipografia, impressão, encadernação e a atuação do bibliotecário. Com essa base conseguiu estruturar um catálogo sistemático, com um índice definido por lista dos nomes dos autores e a temática das obras (ANJOS *et al*, 2014).

A partir desses acontecimentos, na data de 4 de agosto de 1811, é criada a primeira biblioteca pública, localizada no antigo Colégio dos Jesuítas, no estado da Bahia, projeto idealizado por um senhor de engenho da região, Pedro Gomes Ferrão Castello Branco e enviado no dia 05 de fevereiro de 1811, para o então governador Dom Marcos de Noronha e Brito, o VIII Conde dos Arcos, para a sua aprovação. Todavia, a biblioteca seria criada independente disso, pois a sua manutenção ocorreria através da colaboração dos cidadãos que se dispusessem a auxiliá-la (SUAIDEN, 1980).

Em contrapartida em 1810, é fundada no Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional (BN), localizada no Hospital da Ordem Terceira do Carmo e depois deslocada para o antigo cemitério da referida Ordem, possuindo um espaço precário e impróprio. O acesso ao público ocorreu depois de quatro anos. E, somente no ano de 1858, sob a gestão do Frei Camilo de Monserrate, a BN foi realocada em um prédio na Rua do Passeio Público, no Rio de Janeiro. Com o tempo o seu espaço já não era adequado para a sua relevância, e os gestores José Alexandre Teixeira de Melo (gestão de 1895-1900) e Manoel Cícero Peregrino da Silva (gestão de 1900-1924), solicitaram um novo local (ALMEIDA, 2012).

E, foi na gestão de Manoel Cícero, que ocorreu a construção do novo prédio com a inauguração em 1910. Outro acontecimento marcante de sua gestão foi a criação do primeiro curso para o ensino da Biblioteconomia, através do Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911, baseando-se na *École de Chartes* de Paris, com o viés de guarnecer necessidades internas da Biblioteca (ALMEIDA, 2012; ALMEIDA; BAPTISDA, 2013).

No entanto, o início do curso, só ocorreu em 1915 por conta da desistência dos inscritos, que em sua maioria era os próprios funcionários, que passavam por um processo de

adaptação do novo regulamento e por isto, a disponibilidade deles em participar do curso foi reduzida (ALMEIDA; BAPTISDA, 2013).

Então, as inscrições foram abertas de 15 a 31 do mês de março de 1915, com a realização de uma prova de admissão escrita de Português, e oral de Geografia, História Universal e Línguas (francês, inglês e latim). Assim, como constava nas demandas estabelecidas pelo regulamento do ano de 1910, Art. 36, vinte e um candidatos conseguiram ser aceitos, ocorrendo um acréscimo de seis alunos através da determinação do Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, o então, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Contudo, não consta em registro se os novos integrantes atendiam a todas as demandas solicitadas no regulamento (CASTRO, 2000).

Segundo Castro (2000, p. 55), a avaliação realizada deixou evidente, que para se tornar um bibliotecário, era necessário “[...] possuir cultura geral o que incluía, além de conhecimento da língua materna, demonstrado em prova escrita, saberes universais dos diversos campos, aliados aos domínios dos idiomas falados nas Artes, Ciências e Letras.”.

Posto isso, as aulas foram iniciadas com cinco disciplinas e seus devidos professores: a função do bibliotecário, Dr. Constantino Antônio Alves (diretor da seção de Bibliografia da Biblioteca Nacional); Paleografia e Diplomática, João Carlos de Carvalho; Iconografia, Aurélio Lopes de Souza; e Numismática, João Gomes do Rego, sendo divididas entre uma parte teórica e prática, e ao final eram realizadas as provas finais e os aprovados poderiam realizar estágios (sem remuneração) na BN com a devida supervisão (CASTRO, 2000).

Contudo, transcorreu-se uma interrupção em 1923 por mudanças realizadas na regulamentação do Museu Histórico Nacional, em 2 de agosto de 1921, com a criação do Curso Técnico, que objetivava capacitar profissionais tanto para a BN como para o Arquivo Nacional, no período de dois anos, através de oito disciplinas: História Literária, Paleografia e Epigrafia, História Política e Administrativa do Brasil, Arqueologia e História da Arte, Bibliografia, Cronologia e Diplomática, Numismática e Sigilografia, Iconografia e Cartografia. Estas disciplinas foram distribuídas entre as instituições da Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional e Arquivo Nacional. Mesmo com tudo direcionado e alunos inscritos, o curso não deu seguimento pela renúncia de dois professores: Constâncio Alves (História Literária) e Mario Behring (Paleografia). Desistência ocorrida pelo que acredita-se, levada por dois motivos: não concordavam com a iniciação do curso e porque não haveria adicional nos seus salários (CASTRO, 2000).

Dessa forma, a idealização do Curso Técnico não saiu do papel. Retornando, entretanto, oito anos depois, o curso de Biblioteconomia, seguia o Decreto nº 20.673, de 17 de

novembro de 1931, cuja totalidade não continha nenhuma mudança expressiva, apenas a preferência para os alunos que conseguissem terminar o curso, de assumir cargos na BN (CASTRO, 2000).

O histórico do curso no Rio de Janeiro contribuiu para o surgimento do segundo curso na área, em São Paulo, no ano de 1929 com uma clara diferenciação entre os dois: enquanto a primeiro, ainda matinha seu viés humanístico, o segundo, era voltado para o técnico (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013).

Dessa forma, em São Paulo, no século XVIII, existiam apenas dois locais que poderiam ser denominados de biblioteca: a do Convento Carmelitas e a do bispo D. Francisco Manoel da Ressurreição. Contendo em seus acervos obras históricas, clássicas e crônicas, que colaboravam para a formação dos seminaristas (CASTRO, 2000).

E, em 1825, foi fundada a primeira Biblioteca Pública Oficial de São Paulo pelo presidente da província Lucas Antônio Monteiro de Barros, localizada no Convento dos Franciscanos, com o seu acervo formado por doações, sob a direção de José Antônio dos Reis, também conhecido como o “Padre Bibliotecário”. Após dois anos, é anexada a Faculdade de Direito. E a partir dela, ao final do século XIX, foram surgindo outras bibliotecas, como: a *Mackenzie College* (1886), Escola Politécnica (1894) e Biblioteca do Estado (1895) (CASTRO, 2000).

Em 1925, o vice-prefeito, Luciano Gualberto, entregou a Câmara um projeto de lei solicitando a criação de uma Biblioteca Municipal que acatasse os requisitos da época, uma vez que a Biblioteca do Estado não poderia ser definida desse modo, devido a sua instalação precária, acervo desatualizado e desorganizado. Como resultado foi criada a Lei nº 28.367, de 25 de fevereiro de 1925, no governo do advogado Carlos de Campo, fazendo com que São Paulo possui-se uma Biblioteca Estadual e outra Municipal, com a direção entregue ao intelectual Eurico Doria de Araújo Góes. Em 1926, surge o prédio da biblioteca do *Mackenzie College*, batizado de George Alexander, homenageando o benfeitor da escola (CASTRO, 2000).

Como a Biblioteca do Estado, não estava atendendo a demanda atual, pensou-se em incorporar técnicas e princípios norte-americanos, como: liberdade do ensino religioso, salas mistas, eliminação de castigos físicos, entre outros, uma vez que, desde a criação da escola o ensino incorporava ideias que eram inovadoras para a época. Seguindo esse modo de atuar, é introduzido o modelo objetivo de ensino de Biblioteconomia e de organização de uma biblioteca (CASTRO, 2000).

Todavia, não tinha o apoio de um profissional formado na área que contasse com esse requisito. Com isso, a bibliotecária, Dorothy Muriel Gropp, que residia em Nova York, foi contratada e teve como propósito a reorganização do acervo, a introdução de novos processos nos catálogos, a localização das obras, e também iniciar o Curso Elementar de Biblioteconomia, o qual ministrou para funcionários da biblioteca, professores e profissionais da área atuantes de outras instituições conteúdos sobre Catalogação, Classificação, Referência e organização de uma biblioteca, de forma tecnicista (CASTRO, 2000).

Dorothy Muriel Gropp substituiu à bibliotecária, Adelpha Rodrigues (1894-1966), que viajou para os Estados Unidos para estudar, na *American Association of University Women*, Adelpha foi contemplada com uma bolsa oferecida anualmente para mulheres latino-americanas (os norte-americanos tinham um grande interesse pela Biblioteconomia latino-americana) (CASTRO, 2000). Com sua volta, de acordo com Castro (2000, p. 68), a biblioteca foi considerada “[...] o centro convergente do saber biblioteconômico paulista.”

Apesar disso, as atividades do curso do *Mackenzie* foram encerradas em 1936, assim que ocorreu a institucionalização do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo⁹, pelo bibliotecário, Rubens Borba de Moraes, que colaborou na consolidação, sistematização e na normalização de atividades de ensino que, até então, eram desenvolvidas na Biblioteca Municipal (CASTRO, 2000).

A ideia do Curso se manifestou, quando ele retornou de Genebra, onde estudou Letras – sem poder exercer a função na qual se formou –, e se deparou com a desorganização e desatualização do acervo, bem como, com a estrutura física precária, das bibliotecas estadual e municipal. Assim, encaminhou-se para a área de Biblioteconomia na qual encontrou apoio nos mentores da Semana de Arte Moderna de 22, como Mário de Andrade, Tácito de Almeida, Sérgio Milliet, Alcântara Machado, Paulo Duarte e também no escritor e peça chave do movimento do Modernismo, Fábio Prado e o governador, Armando Salles de Oliveira. O departamento ficou então organizado entre cinco seções, com destaque a Divisão de Bibliotecas, subdivida entre mais duas seções,

[...] a primeira abrangia serviços técnicos e armazenamento do acervo – Classificação, Catalogação, Arquivo e Fichamento – por tipo de material –, livros, jornais e revistas; à segunda, pertenciam os serviços de apoio, zeladoria, encadernação e conservação, portaria e serviço de polícia (CASTRO, 2000, p. 70).

⁹ O curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, visava o estímulo e desenvolvimento de todas as iniciativas que fossem destinadas de modo favorável aos movimentos educacionais, artísticos e culturais (FARIA, 1995).

Adiciona-se a isso, os serviços de bibliotecas públicas, populares, circulantes e infantis, tanto no município como na capital, objetivando atualizar os funcionários desses locais. Essa ação foi atribuída à expressão Biblioteca Moderna, surgida, primeiramente em 1928, na Imprensa Periódica paulista em um artigo intitulado “Bibliotecas: os enormes resultados obtidos na América do Norte”, do autor Braz de Souza Arruda. Essa denominação acabou por fazer parte dos discursos de Rubens Moraes, no qual, uma biblioteca assim denominada, era compreendida como um local que atendia ou deveria atender, exigências estabelecidas pela educação democrática, no que diz respeito ao ambiente ser acessível ao seu público, desde suas instalações até o auxílio dos bibliotecários para os usuários (CASTRO, 2000).

Para contribuir ainda mais com a área de Biblioteconomia, foi aprovada a Lei nº 2.839, de 5 de janeiro de 1937, nominada de Lei das Bibliotecas. Através dela, ocorreu a fusão da biblioteca Estadual com a Municipal, embora, inicialmente ocorreram muitas divergências entre funcionários da biblioteca Estadual, por acreditavam que à transferência para o Município, causariam perdas de benefícios salariais¹⁰. Além disso, ficou estipulado pelo Art. 13, que os bibliotecários para serem admitidos deveriam apresentar diploma de Curso Superior de Biblioteconomia e para cargos em bibliotecas menores, apenas o curso secundário. E com essa determinação, o curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura, poderia assegurar a sua permanência perante o governo municipal (CASTRO, 2000).

Contudo, após dois anos de sua aprovação, o novo prefeito do partido União Democrática Nacional, Prestes Maia, formado em Engenharia civil, deu por encerrado o curso de Biblioteconomia, afirmando que não via serventia e nem viabilidade (CASTRO, 2000).

Então, em 1940, o curso foi transferido para a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), vinculada a Universidade de São Paulo (USP), com as disciplinas lecionadas por bibliotecários: Catalogação, por Maria Luísa Monteiro da Cunha; Organização e Administração de Biblioteca, por Francisco José de Almeida; História do Livro, por Nice L. Mueller; Referência e Bibliografia, por Rubens Borba de Moraes e Classificação, por Noemia Lentino. E com o auxílio da *Rockefeller Foundation*¹¹, a ELSP consegue expandir suas atividades e ofertar bolsas de estudos para candidatos de outros Estados, que ao retornarem aos seus respectivos Estados, conseguem reorganizar e até criar novas bibliotecas (CASTRO,

¹⁰ Os funcionários da biblioteca Estadual acreditavam na perda de benefícios salariais, pois a fusão entre as duas bibliotecas tinha o viés de uma medida de economia (CASTRO, 2000).

¹¹ A *Rockefeller Foundation* é uma instituição filantrópica norte-americana beneficente, não-governamental que opera recursos próprios para colaborar em atividades que visem o bem-estar social em diversos países do mundo (KORNDORFER, 2016).

2000), contribuindo assim, para a instauração de Escolas de Biblioteconomia em outros locais, como é demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Alunos e localidade das novas Escolas de Biblioteconomia

ALUNO (A)	LOCAL
Bernedette Sinay Neves	Bahia (depois a Escola passa a ser integrada a Universidade)
Etelvina Lima	Belo Horizonte/Minas Gerais
Ernesto Manuel Zink	Campinas/São Paulo (amparada pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução)
Alfredo Ferreira Hamar	São Carlos/São Paulo (patrocinada pela Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos)
Angela da Costa Franco	Rio Grande do Sul (depois foi anexada a Universidade Federal)
Milton Ferreira Melo	Recife/Pernambuco (denominada Escola de Biblioteconomia do Departamento de Documentação e Cultura)

Fonte: Adaptado de Castro (2000).

A bibliotecária chefe da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, que integrava a Comissão de Professores, Maria Luisa Monteiro da Cunha, também conseguiu inserir a Escola de Biblioteconomia na Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo¹² e no mesmo ano, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)¹³, dividiu a profissão de Biblioteconomia em duas vertentes: bibliotecário e bibliotecário auxiliar, com um curso intensivo de atualização de seis meses pelos Decretos-Lei nº 2.166, de 6 de maio de 1940 (divisão da profissão) e nº 6.416, de 30 de outubro de 1940 (instituição do curso) (CASTRO, 2000).

Esse curso ofertava em seu currículo as disciplinas: Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, e Organização e Administração de Bibliotecas, durando apenas um ano. No entanto, este curso influenciou na reforma de 1944 do curso Biblioteconomia da BN (nesse período também passou por reformulações em sua estrutura), projetada pela bibliotecária Heloísa Cabral Rocha Werneck e executada por Cecília Roxo Wagley e o escritor, Josué Montello, que na época estava como professor do curso e diretor da BN (gestão de 1944-1948) (CASTRO, 2000).

O diretor, Josué Montello objetivava modificar o curso, tirando a sua visão de apenas instruir bibliotecários para o atendimento das necessidades da instituição e a elevação do seu quadro de funcionários, para um curso que formasse pessoal capacitado para desenvolver seu trabalho em qualquer tipo de biblioteca vigente. Tornando-se então uma época de grande relevância para o ensino da Biblioteconomia, principalmente em seu conteúdo pedagógico. No ano de 1962, através do Decreto nº 550, de fevereiro de 1962, a BN passa por outra

¹² A Escola de Biblioteconomia permanece na Escola de Comunicação, atualmente denominada de Escola de Comunicações e Artes (ECA).

¹³ O DASP é um órgão público, criado a partir do Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938, no governo de Getúlio Vargas (1882-1954).

reforma, embora, tenha conservado os objetivos estabelecidos em 1944 (MUELLER, 1985; CASTRO, 2000).

As alterações do Decreto nº 550/62, versaram no acréscimo de disciplinas e na duração da formação, que é estendida por três anos (MUELLER, 1985), como pode se observa no Quadro 2.

Quadro 2 – Disciplinas dos três anos do curso de Biblioteconomia

ANO	DISCIPLINAS
1º	- Técnicas do Serviço de Referência, Bibliografia em geral, - Introdução à Catalogação e Classificação, - Organização e Administração de Bibliotecas, - História do Livro e das Bibliotecas.
2º	- Organização e Técnica de Documentação, - Bibliografia Especializada, - Catalogação e Classificação, - Literatura e Bibliografia literária, - Introdução à cultura histórica e sociológica.
3º	- Catalogação Especializada, - Classificação Especializada, - Reprodução de documentos, - Paleografia, - Introdução à Cultura Filosófica e Artística; - Uma optativa, que poderia ser escolhida entre as dos outros cursos.

Fonte: Adaptado de Mueller (1985).

Esse currículo teve uma grande importância, pois serviu de base para a proposta do primeiro currículo mínimo da área elaborada pelo Conselho Federal de Educação e aprovada em 16 de dezembro de 1962 (MUELLER, 1985), como um currículo que buscou equiparar as disciplinas técnicas e culturais sendo elas: História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia, podendo incluir outras disciplinas (DAVANSO; ZANAGA, 2011). Cesarino (1973, p. 49), define essas disciplinas como: a) técnicas: “[...] formação do profissional em suas áreas específicas de atuação: capacitá-lo a criar, inovar, adaptar sistemas e processos, de maneira a executar eficientemente o ciclo do sistema de informação.” e b) culturais: “[...] formar no aluno habilidade para uma análise crítica do contexto onde vão atuar, fornecer a base filosófica, científica e humanística da profissão.”.

O objetivo, desse currículo, era a formação de um profissional interdisciplinar, que além de atender todas as suas demandas, ainda conseguisse ter um contato direto com os seus usuários. Visão esta, presente no currículo mínimo da área.

O curso foi se expandindo para outros Estados e apesar de seu início ocorrer de modo conturbado, em função de não se levar em conta as necessidades e características de cada local, bem como o déficit de docentes, os bibliotecários requeriam curso em outros locais (CASTRO, 2000, p. 112), pois

[...] acreditavam ser esta a maneira pela qual a profissão alcançaria seu status acadêmico e social, e principalmente, um modo de os estudantes conviverem com outros saberes, possibilitando a inter-relação entre o ensino técnico e humanista, requisitos necessários para formar um profissional apto a atuar no mercado, [...].

Nesse contexto, não se pode perder de vista que a expansão que ocorria do ensino superior no país, colaborava de forma significativa para o aparecimento de novas profissões e instituições, como foi o caso da criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), fato de grande relevância para a Biblioteconomia se firmar “[...] como uma área de ensino superior e alcançasse novos patamares dentro do território nacional brasileiro, [...]” (NASCIMENTO; FERREIRA; MARTINS, 2017, p. 7).

Diante disso, o Quadro 3 apresenta a fundação do curso de Biblioteconomia nas regiões Norte e Nordeste.

Quadro 3 – Fundação do curso de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste¹⁴

REGIÃO	UNIVERSIDADE	ANO
N O R D E S T E	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1942
	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1948
	Universidade Federal do Ceará (UFC)	1965
	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1969
	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1969
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1997
	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	1999
	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	2003
	Universidade Federal do Cariri (UFCa)	2006
	Universidade Federal do Sergipe (UFS)	2009
N O R T E	Universidade Federal do Pará (UFPA)	1963
	Universidade Federal de Amazonas (UFAM)	1967
	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	2009

Fonte: Autora (2020).

2.2 A formação acadêmica dos bibliotecários

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é considerada um marco divisor na educação por possibilitar mudanças significativas a esta área, especialmente no

¹⁴ São apenas mencionadas as Escolas públicas e federais, desenvolvidas de modo presencial.

ensino superior. A Lei nº 4.024 de 1961, primeiro normativo, passou por alterações, no intuito de se adequar as demandas no âmbito público e privado. Destaca-se as Leis nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 – reformulação da estrutura do ensino superior – e nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 – cursos de ensino superior devem possuir uma formação geral, mas também uma formação voltada para a atuação no mercado de trabalho. Essas duas Leis, visavam desenvolver um profissional, seja ele de nível universitário ou médio, que fortalecesse suas capacidades no âmbito do mercado de trabalho (PRUDENCIO; RODRIGUES, 2015).

Embora a educação superior estivesse passando por esses debates legais, observa-se que no programa curricular do curso de Biblioteconomia ocorriam reformas. A exemplo, o curso oferecido pela BN, mencionado anteriormente, que visava à ascensão da profissão do bibliotecário, de forma que este profissional se estabelecesse como, nível universitário e se regulasse através do Ministério do Trabalho (NASCIMENTO; FERREIRA; MARTINS, 2017).

No ano de 1958, já havia sido difundida uma proposta de lei para a sua regulamentação no Ministério da Educação. Todavia, fora designado uma comissão para o estudo dessa proposta e apenas em 1962, através de outra reforma no curso da BN, com o Decreto nº 550, de fevereiro de 1962 – adição de disciplinas e extensão do curso –, que ele teve o alicerce necessário para a proposta do primeiro currículo mínimo¹⁵, elaborado diretamente pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que contou com o apoio da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários (FEBAB)¹⁶. Sua aprovação ocorreu no mesmo ano, através da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962 – dispõe sobre a profissão do bibliotecário e sua regulamentação. Tal Lei influenciou o crescimento de alunos na área (MUELLER, 1985).

A padronização de um currículo mínimo a ser implantado nas escolas gerou apreensão entre os bibliotecários, posto que indicavam “[...] que a falta de padrões para as escolas era ocasionada pelo Governo, entende-se Ministério da Educação (MEC), que não compreendia a

¹⁵ O currículo mínimo entende-se como uma “[...] relação de matérias (descritas por ementas), cujos conteúdos constituirão o núcleo da formação do profissional almejado. Oriundo das estruturas governamentais, no âmbito educacional, este, visa garantir um patamar mínimo para uma dada formação profissional.” (SILVA, R., 2010, p. 5).

¹⁶ A FEBAB foi fundada em 26 de julho de 1959, é considerada como “[...] sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, com prazo de duração indeterminado. É constituída por entidades-membro – associações de bibliotecários e cientistas da informação, instituições filiadas e pelos órgãos: deliberativos – Assembléia Geral e Conselho Diretor; executivo – Diretoria Executiva; de fiscalização – Conselho Fiscal; de assessoria – Comissões Brasileiras e Assessorias Especiais. [...] tem como principal missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão.” (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES, 2020, não paginado).

importância da área de conhecimento dentro do sistema educacional, [...]” (CASTRO, 2002, p. 36-37). Fazendo com que a Diretoria de Ensino Superior do MEC, instituisse a Portaria nº 28, de 31 de janeiro de 1967, para a criação de uma comissão formada por bibliotecários que averiguassem uma resolução para essa questão (CASTRO, 2002).

A Comissão foi representada pelos professores: Edson Nery da Fonseca (Universidade de Brasília); Maria Martha de Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais); Lydia de Queiroz Sambaquy (Cursos da BN); Maria Lectícia de Andrade Lima (Universidade Federal de Pernambuco); Zenaira Garcia Marquez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); e pela presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia de São Paulo, Laura Garcia Moreno Russo (CASTRO, 2002).

Logo, a Comissão constatou que os padrões definidos não poderiam deixar de lado a dimensão geográfica de cada Escola, fixando-se, então, um parâmetro mínimo e máximo, levando em conta a demanda financeira referente a cada escola. Isso tornou possível que as atividades de ensino/aprendizagem fossem ofertadas de maneira adequada com destaque para as que fossem ligadas as universidades, onde estas eram incumbidas de utilizar o espaço da sua biblioteca central como ambiente de prática (CASTRO, 2002).

Outro aspecto não menos importante percebido foi que as disciplinas ofertadas ainda eram voltadas somente para a aprendizagem prática, estudando superficialmente as que tratavam mais da parte teórica, conseqüentemente, não abrangia seu conteúdo aos avanços que ocorriam nas áreas: sociais, educacionais e tecnológicas (CASTRO, 2002).

A parte teórica mais substancial eram essenciais para a Biblioteconomia, podendo assim construir “[...] um todo orgânico que se articula entre si e com o contexto social.” (GUIMARÃES, 2002, p. 51). Então, mesmo com o currículo possuindo um papel significativo para o reconhecimento da área no ambiente universitário, surgiram insatisfações quanto a ele (CASTRO, 2002).

Dessa forma, uma nova reformulação ganhou ainda mais força, em 1967, com a criação da Associação Brasileira de Escola de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD)¹⁷, que promoveu encontros com docentes da área para a discussão de assuntos relacionados a essa temática, em especial a alteração que o currículo deveria passar e a construção de uma diretriz curricular (MUELLER, 1985).

¹⁷ A ABEBD foi “[...] desativada em 2001 e passou a denominar-se Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2016, não paginado).

Em 1970, com a intensificação do ensino superior no Brasil, a mudança do currículo mínimo ganha mais destaque. E em 1971, no 69º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Belo Horizonte, é declarada uma recomendação ao assunto, afirmando que deveria ser realizado um “[...] estudo do currículo mínimo visando a sua reformulação, com inclusão de matérias tais como: Metodologia do Trabalho Intelectual, Linguística, Fundamentos de Matemática, Estatística e Introdução aos Computadores.” (MUELLER, 1985, p. 9) para que os estudantes não se detivessem apenas em aulas relacionadas à prática.

Com isso, a partir de julho de 1971, os cursos começaram a debater sobre o assunto, se estendendo por vários anos. Em 1976, o documento denominado documento-diretriz, que poderia ser definido como rascunho para diretriz final, delineado por professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi publicado em um artigo um ano depois. E, finalmente, em 1980, sua concepção foi apresentada a todos os cursos de Biblioteconomia, sendo uma das preocupações mais demonstradas como as instituições colocariam em práticas as ideias propostas (DAVANSO; ZANAGA, 2011).

Diante disso, em 1981, o texto final foi enviado para o CFE, depois de revisada todas as dúvidas e sugestões do rascunho final. E, finalmente, em agosto de 1982, saiu à aprovação do então conhecido currículo mínimo multidisciplinar, através da Resolução nº 08, que acabou sendo modificada no ano de 1984, para que o curso se estendesse por quatro anos e sua estrutura curricular pudesse atender tanto a concepção francesa quanto a norte-americana, com disciplinas que abordavam (DAVANSO; ZANAGA, 2011, p.2):

[...] Fundamentação Geral (Comunicação; Aspectos Sociais; Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo; História da Cultura); Matérias instrumentais (Lógica; Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa; Língua Estrangeira Moderna; Métodos e Técnicas da Pesquisa); Matérias de Formação Profissional (Informação Aplicada à Biblioteconomia; Produção dos Registros do Conhecimento; Formação e Desenvolvimento de Coleções; Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento; Disseminação da Informação; Administração de Bibliotecas).

Essa nova abordagem na grade curricular visava em alguns pontos:

[...] a formação de um profissional mais comprometido com a realidade social, para atender não apenas às necessidades informacionais colocadas pelos usuários, mas, sobretudo, tornar-se um indivíduo pró-ativo e gerador de novas demandas informacionais, capaz de: tornar disponíveis e acessíveis, de maneira eficiente, materiais de apoio ao estudo e pesquisa, para educação formal, informal e permanente; antecipar necessidades informacionais e organizar serviços para atendê-las; manter atualizados os subsídios para decisões administrativas em diversos níveis de interesse nacional, regional, local, institucional e individual; criar condições que permitam a transferência de tecnologia e informação utilitária, e a democratização da cultura (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1982 apud UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2007, p. 8).

No início de 1986, a ABEBD promoveu em Recife, I Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação (ENEBCI), que teve como discussão: corpo docente, ensino de graduação, pós-graduação e pesquisa. O segundo Encontro, ocorreu em 1989, em Brasília, discutindo: estágio curricular, evasão escolar e o mercado de trabalho. Três anos depois, ocorreu o terceiro Encontro, este visando à capacitação docente em Biblioteconomia, em três aspectos: capacitação, prática pedagógica e currículo. Em São Paulo, no ano de 1995, ocorreu o quarto Encontro, centrado na formação do profissional da informação e nas demandas da sociedade. Este assunto perdurou para o quinto Encontro, que ocorreu em 1998 (GUIMARÃES, 2002).

As discussões realizadas até então no ENEBCI contribuíram para a promulgação da LDB, pela Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que segundo Guimarães (2002, p. 61) “[...] trouxe à baila uma concepção curricular mais flexível, voltada para as diferentes realidades do país e mais centrada nas competências e habilidades esperadas do egresso; [...]”. Uma vez que, a Lei nº 9.395/96, em alguns pontos do Art. 43 ressalta que o propósito da educação superior é:

[...] II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; [...] VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; (BRASIL, 1996, não paginado).

E em 2001, floresceu mais um fruto dos debates da ABECIN (antiga ABEBD) através do VI ENEBCI, pelo Parecer nº 492, de 4 de julho de 2001, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que estabelece para os curso de Biblioteconomia as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (GUIMARÃES, 2002), formulada para servir de

[...] referência para as IES definirem seus currículos plenos, em termos de conteúdos básicos e conteúdos profissionais essenciais para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas para os egressos da área/curso. Estes conteúdos devem ser definidos [...] a partir das necessidades de formação de recursos humanos de cada área de conhecimento, de acordo com a especificidade de cada IES, e justificando-se a importância de tais conteúdos em relação aos objetivos definidos na formação de diplomados em cada área. A presença de conteúdos essenciais garante uma uniformidade básica para os cursos oferecidos, porém, as Diretrizes Curriculares devem garantir que as IES tenham liberdade para definir livremente pelo menos metade da carga horária mínima necessária para a obtenção do diploma, de acordo com suas especificidades de oferta de cursos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 2).

Segundo Castro (2002, p. 26), as DCN investem na autonomia do ensino e aprendizagem, respeitando o conhecimento diverso e prévio advindo com o discente em relação as suas práticas presentes e futuras no que diz respeito à vida profissional:

[...] uma perspectiva de ruptura na rigidez curricular e no corporativismo docente que resulta, quase sempre, em transmissão e apreensão de conhecimentos que dicotomizam a realidade externa à sala de aula. Portanto, os princípios que norteiam as propostas [...] são a flexibilidade na organização dos cursos e a consciência da diversidade/heterogeneidade do conhecimento do aluno, no que se refere tanto à sua formação anterior, quanto aos seus interesses e expectativas em relação aos atuais e futuros exercícios da profissão.

Portanto, essas diretrizes direcionadas para o curso de Biblioteconomia, procuram evidenciar “[...] a proficiência, a criatividade, a busca de aprimoramento contínuo e a capacidade de observar padrões éticos de conduta, como características fundamentais para o perfil do bibliotecário.” (PRUDENCIO; RODRIGUES, 2015, p. 3).

Em março de 2002, as DCN determinadas para os cursos de Biblioteconomia foram autorizadas a guiar os Projetos Político Pedagógico (PPP)¹⁸ através de

[...] especificações a respeito do perfil de formandos, de competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas, de conteúdos de formação geral e de formação específica ou profissionalizante, do formato dos estágios, das características das atividades complementares, da estrutura do curso e das formas de avaliação institucional (DAVANSO; ZANAGA, 2011, p. 2).

Considera-se uma decisão acertada porque fez com que o curso se direcione em uma concepção mais social e cultural, para se desprender do ensino que, em grande parte, foi direcionado somente a prática, possibilitando, assim, a interação e agregação de valores no

¹⁸ O Projeto Político Pedagógico é um “[...] instrumento específico que serve de referencial para classificar a ação educativa, refletindo a realidade do curso, como também para se analisar a qualidade do ensino e propor transformações efetivas. [...] um produto construído colaborativamente e vivenciado em todos os momentos, por todos os atores envolvidos com o processo educativo.” (PRUDENCIO; RODRIGUES, 2015, p. 4-5).

uso da informação, independente do espaço ou suporte (PRUDENCIO; RODRIGUES, 2015).

As DCN definem que é necessário o profissional está apto a:

[...] criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; processar a informação registrada em diferentes tipos de suportes, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001, p. 32-33).

Observa-se que essas competências a serem adquiridas e/ou aperfeiçoadas durante o curso de Biblioteconomia possibilitam o desprendimento de um ensino tecnicista e se volte para um modelo interdisciplinar, podendo:

[...] capacitar o profissional da informação para o desempenho de atividades de pesquisa e pedagógicas, de liderança proativa, domínio do conhecimento de áreas específicas, capacitando-os a compreender o valor da informação e a reconhecer a importância política, social, econômica e cultural da informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2006, p. 5).

Tornando possível que o futuro bibliotecário consiga exercer a profissão em sua totalidade, uma vez que, o mundo sofre grandes mudanças, exigindo “[...] cada vez mais, a participação de cidadãos não somente qualificados para o trabalho, mas, principalmente, aptos a refletir e produzir novos conhecimentos acerca da sua prática profissional.” (RODRIGUES, 2002, p. 90), fazendo com que o bibliotecário seja um profissional crítico e reflexivo, que gerencie e dissemine de forma eficaz a informação para os seus usuários e, conseqüentemente, para o seu ambiente de trabalho.

Para tanto, na seção seguinte será trabalhada a temática de Preservação e Conservação de documentos, mais especificamente como a preservação de documentos pode ser uma possibilidade para o acesso à informação, a conservação preventiva e a competência do bibliotecário para trabalhar esse assunto.

3 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os documentos, independentes de seu formato e suporte, possuem um ciclo de vida útil, que pode ser prolongado ou não. Verifica-se que o determinante para esse prolongamento são as condições de preservação e/ou conservação que são mantidos. Isto porque, as ações advindas dessas atividades buscam prolongar a vida dos documentos, por meio da prevenção de sua deterioração através da ação do homem e do tempo (FERNANDES; SILVA, 2014).

Essas ações de preservação e conservação podem ser concebidas, respectivamente, de acordo com Cassares (2000, p. 12) como “[...] um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.”; e “[...] um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).”.

Observa-se que na primeira concepção as ações de preservação são ligadas a tomada de decisões de cunho gerencial no que diz respeito a políticas, métodos, técnicas dentre outros aspectos e, as de conservação, são procedimentos que visam melhorar o estado físico do suporte, de forma a ampliar sua permanência de vida útil.

Outro elemento importante relaciona-se à compreensão das substâncias que “[...] constituem os materiais dos acervos e seu comportamento diante dos fatores de degradação, tornando mais fácil detectar os elementos nocivos e seu possível tratamento.” (FERNANDES; SILVA, 2014, p. 5), pois possibilita planejar ações que minimizem a deterioração.

As ações de preservação e conservação devem abranger tanto o objeto físico, como o seu conteúdo intelectual através de várias formas e formatos, visando facilitar seu uso para a sociedade que pode

[...] utilizá-las para uma variedade equivalente de propósitos, acadêmicos ou não. [...] buscam pequenas porções do universo de informação – estruturadas em coleções de documentos, livros, fotografias e filmes, registros sonoros e outras ‘coisas’ –, que têm importância para a pesquisa enquanto evidência do pensamento e da ação que se projetou para além da época e das intenções daqueles que as geraram ou publicaram (CONWAY, 2001, p. 14).

Embora, essas duas atividades sejam visualizadas de forma distinta, suas concepções se conectam no gerenciamento tanto de políticas, procedimentos e processos que visam impossibilitar a subsequente deterioração do material, resguardando a informação ali contida. Isto possibilita que a sociedade tenha acesso a esses documentos, mesmo depois de tantos

anos. Colaborando com o Decreto de 25 de junho de 1794 (Lei *Messidor*, do ano II)¹⁹, da França, no qual estabelece informação, pesquisa e memória, como um direito civil.

Em âmbito brasileiro, a Constituição Federal de 1988 garante em seu Artigo 23 a competência para a

[...] União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV – Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural [...] (BRASIL, 1998, não paginado).

Percebe-se que a preservação e/ou conservação de documentos é garantida pela Carta Magna do país ao responsabilizar os entes públicos pela proteção do valor histórico, artístico e cultural inerentes aos documentos, cuja longevidade e acesso depende, em primeira instância, do seu bom estado.

3.1 A preservação de documentos como possibilidade de acesso à informação

A preocupação com o ato de preservar os documentos no Brasil começou a se estabelecer no ano de 1936 com a solicitação do Ministro da Educação e Saúde da época, Gustavo Capanema, ao escritor Mário Andrade, para a elaboração de um anteprojeto de Lei, que objetivava a proteção do patrimônio cultural brasileiro e destinou a sua implantação, ao então advogado e jornalista, Rodrigo Melo Franco de Andrade (YAMASHITA; PALETTA, 2006).

No ano seguinte, surgiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 13 de janeiro, pela Lei nº 378, renomeado para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)²⁰ – por meio do Decreto-Lei nº 66.967 de 27 de julho de 1970 (Art. 14). Em 1937, através do Art. 46, propôs a promoção do tombamento, conservação, enriquecimento e conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional em todo o país e de modo permanente (BRASIL, 1937), no governo de Getúlio Vargas, fazendo

¹⁹ A Lei *Messidor* foi estabelecida pelo governo francês para garantir “[...] o direito de acesso de todos os cidadãos aos documentos custodiados pelos arquivos públicos. Buscando dar maior visibilidade a essas instituições, [...] também estabeleceu a distinção entre os documentos relativos ao domínio nacional e à ordem judicial e aqueles relativos à história, à ciência e às artes;” (MIRANDA, 2011, p. 2).

²⁰ O IPHAN “[...] é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.” (IPHAN, 2014, não paginado).

com que surgisse ainda em 1937, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que visava à organização da proteção do IPHAN, que lida

[...] com um universo diversificado de bens culturais. Suas ações, voltadas à identificação, documentação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão, estão calcadas em legislação específica sobre cada um dos temas pertinentes ao seu universo de atuação [...] (YAMASHITA; PALETTA, 2006, p. 174).

É interessante ressaltar que entre 1824 e 1838, foi criado o Arquivo Público do Império, atualmente conhecido como Arquivo Nacional do Brasil, por meio do Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838, em concordância com a Constituição de 1824, que conferia a existência do Arquivo Público, cujo funcionamento era mais direcionado ao administrativo, característica alterada com a gestão (1873-1898) do político, Joaquim Pires Machado Portela (HOLLÓS, 2010).

Joaquim Portela tinha certo conhecimento técnico acerca da área de arquivística, fator que pode ter influenciado na sua determinação de 1874, para que fossem instituídas salas de consultas para os documentos, pretendendo despertar o interesse da sociedade, ação esta que pode ser considerada como um “[...] importante papel social dos arquivos: dar acesso e difundir a informação.” (HOLLÓS, 2010, p. 16).

No ano de 1970, com a era da informação, a pesquisa ganhou mais destaque, em função da intensificação da busca por informação e o que pode ter contribuído com esse aumento, segundo Maia (2011, p. 1) foi

O fim do governo de Costa e Silva e a entrada do governo Médici, (68 a 74) são marcados por três iniciativas para o desenvolvimento científico no país, são elas as reformas universitárias; a institucionalização da pós-graduação; a criação da carreira de dedicação exclusiva, portanto todas ligadas às universidades. Podemos perceber que essas iniciativas fixaram os pesquisadores aqui no país e aumentou significativamente o financiamento nas áreas da ciência e da tecnologia.

A fixação de pesquisadores do país gerou a produção de ciência e, por consequência de documentos, o que leva a inferir que o processo de preservação tornou-se imprescindível, por possibilitar o acesso a informação em função de promover maior longevidade ao documento (MAIA, 2011).

Nesse contexto, Conway (2001, p. 14) concebe preservação de documentos como:

[...] uma palavra que envolve inúmeras políticas e opções de ação, incluindo tratamentos de conservação. [...] é a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletor grupo de materiais.

Corroborando com a ideia de que através da preservação seria possível ter acesso às informações que poderiam colaborar na compreensão do momento atual da sociedade, fica evidente a necessidade de locais como arquivos, bibliotecas, museus, entre outras unidades de informação, de possuir uma política de acervo adequada para seus materiais, – dependendo do material/objeto o método de preservá-lo é modificado – pois, “[...] a preservação, para além da conservação física dos suportes materiais, constitui-se hoje como parte de um corpo representado também pela gestão, o acesso e a difusão da informação e do conhecimento.” (HOLLÓS, 2010, p. 14).

Apesar da preservação de um documento ser realizada por um profissional especializado na área, a sua importância deve ser compreendida por toda a instituição, desde o diretor até os funcionários responsáveis pela limpeza do local. Por isso, a decisão de uma política deve ocorrer pela instituição, uma vez que, trata-se de uma ação que requer o aval da gestão para que possa vir a se tornar contínua, com

[...] ações que constituem um amplo espectro de atividades, estratégias e decisões que reúnem desde as possibilidades oferecidas pela plataforma [...] até planejamentos, programas e projetos que envolvem responsabilidades técnicas, administrativas, recursos financeiros e humanos. [...]. Para isso a preservação não pode ser mais realizada de forma intermitente e inconstante (SILVA, 2008, p. 85).

Essa afirmativa se faz necessária ao comprometimento de uma equipe para estipular decisões acerca dos documentos, como o valor informacional, a demanda de uso e a fragilidade de cada suporte (BECK, 2006; NASCIMENTO, 2016) e é a partir dessas decisões que é possível determinar “[...] os bens materiais culturais que devem ser preservados ou não, a quem interessam estes bens, qual o sentido deles para a cultura ou a história.” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 3).

A postura desses autores são fundamentais porque sinalizam para a ampliação do papel das instituições que salvaguarda os documentos e/ou bens culturais – arquivos, bibliotecas, museus etc. – tornando-os mais próximas da comunidade e, por consequência, garantindo um maior acesso à memória e à cidadania.

Isso porque, a preservação em si engloba concepções e práticas de restauração, conservação e conservação preventiva:

[...] e agrega o planejamento, o financiamento, as decisões administrativas e as escolhas políticas e tecnológicas. Ou seja, a preservação é toda e qualquer ação que, recorrendo à plataforma tecnológica disponível, aos conhecimentos técnico-científicos existentes a às políticas institucionais, visa a garantir estabilidade química e resistência mecânica aos materiais que compõem os suportes onde está registrada a informação (SILVA, 2005, p. 181).

Dessa forma, a importância de preservar a memória de sua história, por meio de toda a informação que foi e, é produzida pelo ser humano é incontestável, posto que “[...] a memória social depende da proteção dos elementos do passado e da forma pela qual estão ou podem se tornar ativos no presente.” (CALDEIRA, 2006, p. 91).

Outro aspecto a ressaltar é a preservação da memória social que está associada aos cuidados com o suporte do papel no qual a informação está registrada e por isto, traz à tona, complicações acerca da durabilidade do papel, afinal muitas das unidades de informação, como os

Acervos de bibliotecas são constituídos em geral por livros, mas também por mapas, fotografias, revistas, manuscritos, entre outros, que utilizam o papel como suporte. Por mais variada que seja a composição do papel, esse é constituído em sua maior parte de celulose, e cabe-nos encontrar soluções que permitam melhorar suas condições, para que esse dure por muitas gerações sem precisar de restauro. Esses acervos estão sujeitos a um contínuo processo de deterioração por serem basicamente constituídos de matéria orgânica. Essa deterioração pode ser acelerada se o acondicionamento for feito de forma indevida, levando o documento a um estado de perda total (FERNANDES; SILVA, 2014, p. 5).

Isso se deve aos materiais/documentos produzidos em papel a partir de 1850, que possuem sua natureza ácida, por conta da grande demanda de impressos da época, invenção advinda do ano de 1440, por Gutenberg – que ganhou maior visibilidade do século XVIII –, com isso a sua qualidade decaiu e sua durabilidade também, e a guarda desses materiais/documentos em ambientes quentes e úmidos, acaba gerando reações químicas no papel que o enfraquecem, tornando-os quebradiços (ORTEGA, 2004).

Esse revés foi o ponto de partida para comprovar de forma nítida a necessidade da preservação, visto que a perda das informações contidas nos documentos poderia afetar demandas futuras, por isso, a busca de ações que contribuíssem com a sua vida útil, ganha mais espaço, assim como o discernimento para a necessidade de se preservar (ORTEGA, 2004; HOLLÓS, 2010; FERNANDES; SILVA, 2014; NASCIMENTO, 2016).

3.2 Conservação preventiva

O episódio que teve relevância para gerar maior consciência em torno da conservação, inicialmente, nos Estados Unidos para outros países, foi a inundação do Rio Arno, na Itália, em 1966, onde foi colocada em prática várias técnicas para o resgate do acervo, fazendo com que ocorresse uma dinâmica entre os conservadores de arquivos e bibliotecas da Europa para a América do Norte, com ações que visavam preservar a herança cultural do mundo (GOMES, 2000).

Contudo, a conservação preventiva só surgiu de forma concreta como pesquisa científica e espaço de trabalho na década de 1980, nos Estados Unidos, tornando-se “[...] responsável por todas as ações tomadas para retardar a deterioração e prevenir danos aos bens culturais por meio da provisão de adequadas condições ambientais e humanas.” (CALDEIRA, 2006, p. 99) ou também, propondo-se

[...] a atuar no ambiente externo através do controle de fatores como luz, temperatura, umidade, ataques biológicos e manuseio, elementos esses diretamente responsáveis pelos danos imediatos dos materiais, prevenindo o aparecimento ou atuação dos agentes que contribuam à degradação dos objetos. [...] tarefa multidisciplinar que abarca desde o momento da planificação de um edifício (museu, centro de documentação, arquivo, biblioteca) até seu posterior funcionamento. Está diretamente relacionada à capacitação de pessoal em seus diferentes níveis, desde os trabalhadores de limpeza, documentalistas, educadores, pesquisadores e profissionais afins das áreas em que a instituição atua, até em nível de direção, e também o esclarecimento para a população em geral (GOMES, 2000, 22).

Observa-se que essas ações cooperam para o bom estado do acervo de museus, bibliotecas, arquivos, entre outros e, conseqüentemente, para melhor acondicionamento do acervo, que perpassa desde a sua guarda, uso, higienização, limpeza e estado do seu ambiente.

Contudo, para que todos seus pontos colaborem de forma efetiva para a preservação é necessário que a sua relevância não comece e termine apenas nos profissionais que lidam diretamente com o acervo, mas, essa informação deve ser levada a todos os funcionários que trabalhem no local, do topo até a base, e principalmente, aos usuários que utilizam o acervo, procedimento que faz com que se torne possível prolongar a vida do documento.

Em âmbito brasileiro, a conservação preventiva só se manifestou no ano de 1990 e foi definida como:

[...] um velho conceito no mundo dos museus, mas só nos últimos 10 anos que ela começou a se tornar reconhecida e organizada. Ela requer uma mudança profunda de mentalidade. Onde ontem se viam artefatos, hoje devem ser vistas coleções. Onde se viam depósitos devem ser vistos edifícios. Onde se pensava em dias, agora se deve pensar em anos. Onde se via uma pessoa, devem ser vistas equipes. Onde se via uma despesa de curto prazo, deve-se ver um investimento de longo prazo. Onde se mostram ações cotidianas, devem ser vistos programas e prioridades. A conservação preventiva significa assegurar a sobrevivência das coleções (GUICHEN, 1995 apud BECK, 2006, p. 3).

Em 1966, o seu desenvolvimento se intensificou, com a criação do Projeto Cooperativo Interinstitucional, denominado Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA), sistematizado pela pesquisadora Ingrid Beck (1969) e estruturado

financeiramente pela Fundação Andrew W. Mellon²¹ (Estados Unidos) e a Fundação Vitae²² (Brasil), que contou com a colaboração institucional da Fundação Nacional de Artes (Funarte)²³, Arquivo Nacional²⁴ e Fundação Getúlio Vargas (FGV)²⁵, e também teve o apoio da organização *Commission on Preservation and Access* (CPA)²⁶ (CASTRO, 2008). No ano de 1997, com o intuito de propagar o seu conhecimento, foi desenvolvido:

[...] um amplo programa de tradução, publicação e distribuição gratuita a mais de 3.000 instituições em todo o país, de 52 textos técnicos sobre temas prioritários referentes ao planejamento e administração de programas de conservação preventiva. Dentre os temas publicados destacam-se: controle ambiental, prevenção e salvamento de emergência de coleções em caso de sinistros, armazenagem e manutenção, práticas de reparo e conservação de livros, conservação de filmes, fotografias e registros magnéticos (CASTRO, 2008, p. 143-144).

²¹ A Fundação Andrew W. Mellon lida diretamente com doações que ajudem na construção de “[...] comunidades enriquecidas por significado e fortalecidas pelo pensamento crítico, onde ideias e imaginação possam prosperar.” (THE ANDREW W. MELLON FOUNDATION, 2020, não paginado).

²² A Fundação Vitae é uma “[...] associação civil sem fins lucrativos que realiza seus próprios projetos, patrocina projetos de instituições públicas ou outras que possam desenvolver trabalhos que tenham efeito multiplicador e perspectivas concretas para a comunidade, mesmo depois de encerrado seu patrocínio. A Vitae concede bolsas de estudos, desde que os projetos estejam ligados a instituições e direcionados para seu público alvo.” (GOMES, 2000, p. 44).

²³ A Fundação Nacional de Artes foi constituída em 1975, e “[...] é o órgão do Governo Federal brasileiro cuja missão é promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes no país. É responsável pelas políticas públicas federais de estímulo à atividade produtiva artística brasileiras; e atua para que a população possa cada vez mais usufruir das artes.” (FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES, 2020, não paginado).

²⁴ O Arquivo Nacional foi criado em 1838, e “[...] é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos-SIGA, da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.” (ARQUIVO NACIONAL, 2020, não paginado).

²⁵ A Fundação Getúlio Vargas, se divide em vários setores, entre eles tem o setor de projetos que “[...] é a unidade responsável pela geração e aplicação do conhecimento técnico e acadêmico, produzido internamente e acumulado nas escolas e institutos que integram a Fundação [...]. Como unidade de assessoria técnica, a FGV Projetos atua [...], auxiliando e assessorando organizações públicas e privadas, no Brasil e no exterior, desenvolvendo projetos de políticas públicas, economia e finanças, gestão e direito. A unidade também atua na concepção, organização e gestão de concursos, exames, avaliações e certificações, em todas as áreas do conhecimento, além de realizar seminários técnicos e congressos internacionais.” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020, não paginado).

²⁶ A *Commission on Preservation and Access* é uma “Organização privada norte-americana sem fins lucrativos, atuando em favor das bibliotecas, arquivos e universidades para desenvolver estratégias de colaboração, visando a preservação e o acesso aos registros acumulados pelo homem.” (CASTRO, 2008, p. 143).

Esses 52 títulos sobre medidas de preservação conservativa para vários tipos de acervos e suportes, continua sendo propagado e utilizado na atualidade. Por preservação conservativa é compreendida como:

[...] uma atividade institucional, que parte do conhecimento dos acervos e de sua vulnerabilidade, e do meio ambiente em que estão armazenados, para o planejamento de soluções de preservação eficazes e de baixo custo, para a ampliação da vida útil dos acervos em seu conjunto (BECK, 2014, p. 258).

Houve a realização de seminários que aconteceram nos estados de Belém, Recife, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis, gerando cooperação com as instituições, ação fundamental para o desenvolvimento do projeto CPBA (BECK, 2014).

Em 2001, o projeto já alcançava a marca de 120 eventos realizados, com o lançamento da segunda remessa de publicações, que agora contava com o Manual do RGL para Microfilmagem de Documentos. Contudo, neste mesmo ano, ele encerra suas atividades. E, o seu último evento, aconteceu com a colaboração da escola de Biblioteconomia da Universidade do Rio de Janeiro, intitulado “I Encontro sobre o Ensino de Preservação”, onde discutiu-se a urgência das escolas de Biblioteconomia e Arquivologia, aderirem uma disciplina voltada para o conteúdo de conservação preventiva (BECK, 2014).

O referido Manual, contribuiu de forma significativa para a disseminação sobre a conservação preventiva, especificamente em áreas como a: Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia (BECK, 2014), segundo Caldeira (2006, p. 100), a primeira providência a ser tomada em relação aos materiais “[...] é abordar a sua satisfatória manutenção física de forma específica, de acordo com as possibilidades da instituição e a natureza e o estado de suas coleções.”.

Nesse contexto, é importante destacar que as ações de preservação conservativa quando estabelecida e realizada corretamente, segundo Beck (2006, p. 2) é capaz de racionalizar “[...] custos, desde que integrada no processo de gestão, que permite planejar, estabelecer prioridades e, de acordo com a temporalidade de cada conjunto documental, estabelecer os prazos de custódia e acessibilidade.”, podendo assim, possuir um acervo capaz de perdurar por muitas gerações.

3.3 A competência do bibliotecário para trabalhar a preservação e conservação de documentos

O termo competência data a década de 1970, nas literaturas da área de Administração, que já relacionava o assunto a conhecimentos, habilidades e atitudes de um indivíduo, para que assim pudesse definir sua posição em uma organização (BRANDÃO, 1999). Mas, de

acordo com Brandão (1999, p. 22), esse termo ainda era muito utilizado na área jurídica, que a denominava como uma:

[...] faculdade atribuída a alguém ou a uma instituição para apreciar e julgar certas questões. [...]. Por extensão, o termo veio a designar o reconhecimento social sobre a capacidade de alguém pronunciar-se a respeito de um assunto específico. Mais tarde, passou a ser utilizado de forma mais genérica, principalmente na linguagem empresarial, para qualificar o indivíduo capaz de realizar determinado trabalho.

Conceito este, que não se distancia da relação estabelecida na área de Administração e que ao longo dos anos, especificamente na década de 1990, ele perpassa para a gestão de recursos humanos, ganhando mais espaço pelo reconhecimento dessa característica, através de pesquisas iniciadas sobre o assunto (MIRANDA, 2004; BORGES, 2011).

Em contrapartida as literaturas americanas e francesas, definem a competência como:

Os autores norte-americanos tratam a competência como um estoque de qualificações que credencia o exercício de determinado trabalho (normalmente associadas a demandas de determinados cargos); e os autores franceses associam a competência às realizações da pessoa em determinado contexto (agregação de valor – produção no trabalho independente do cargo) (MIRANDA, 2006, p. 107).

Ou seja, para a literatura americana a competência é a junção de vários elementos – hábitos, valores, interesses – que são agregados ao indivíduo e através deles é possível encarregá-lo para um cargo adequado, já na francesa, utiliza-se a personalidade e o meio no qual está inserido a seu favor na realização da demanda de suas atividades (MIRANDA, 2006).

No órgão do governo brasileiro, o Conselho Nacional de Educação (CNE), a competência (profissional) é determinada no Art. 7º como: “[...] a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.” (BRASIL, 2002, p. 2).

Apesar de que cada conceito, aqui apresentado, venha de vários autores, eles não se distanciam da ideia geral de que a competência deve utilizar o conhecimento, habilidade e a atitude do indivíduo a favor da atividade na qual ele exerce. Sendo concebido por Miranda (2006, p. 109) como “[...] um conjunto de competências individuais que possa ser colocado em ação nas situações práticas do trabalho com a informação.”. O que acaba a definindo como uma competência informacional.

E ainda de acordo com Miranda (2006, p. 110), a competência informacional é estabelecida nas três dimensões mencionadas anteriormente: a) conhecimento: “[...] possui

propriedades inerentes ao sujeito que o constrói, podendo-se entendê-lo como sendo único e dependente de estruturas teóricas e práticas que possibilitam sua construção.”; b) habilidade: “[...] capacidade de aplicar e fazer uso produtivo do conhecimento adquirido, ou à capacidade de buscar em experiências anteriores informações apropriadas para examinar e solucionar um problema.” e; c) atitude: “[...] aspectos sociais e afetivos, a preferências e interesses, a condicionantes do esforço e do controle exigidos para expressar ou adotar um comportamento desejado.”.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a competência se situa na formação do bibliotecário dentro do processo de aprendizagem, no caso específico deste estudo, a competência para preservação de documentos ainda é trabalhada de forma incipiente conforme destaca Caldeira (2004 apud FERNANDES; SILVA, 2014, p. 14):

O ensino superior ministrado nas escolas de Biblioteconomia brasileiras concentra-se no processo de geração, disseminação, recuperação, gerenciamento e utilização da informação. Questões referentes ao resguardo protetivo do acervo estão circunscritas a um menor número de disciplinas (tais como estudo da preservação, da conservação e da restauração) e a poucas instituições.

Evidencia-se que, embora se tenha a consciência do papel primordial do curso em relação à preservação conservativa, ainda é incipiente a abordagem que se faz em torno dessa temática. Todavia, o curso cria possibilidades de aprender de forma teórica e prática a se definir políticas, ou participar de eventos, cursos e estágios que visam o enriquecimento do conhecimento para a temática de preservação e conservação.

Essa percepção não é atual, nos Estados Unidos, em 1981, deu-se início a um curso de Administração de Conservação, programa coordenado pelo *Northeast Document Conservation Center (NEDCC)*²⁷, em colaboração com o *Simmons College's Graduate School of Library and Information Science*²⁸ de Boston, que possibilitava viagens de campo para a observação de profissionais atuando na área (GOMES, 2000).

Em 1986, na *Conference of Nacional Librarians* (Conferência Nacional de Bibliotecários), abordou a questão de preservação de materiais em bibliotecas e a competência dos bibliotecários, em relação a informações e técnicas para lidarem com a situação. Após três

²⁷ O NEDCC é o “[...] maior centro regional de conservação sem fins lucrativos nos Estados Unidos. Foi fundado em 1973 em resposta a um alarmante e crescente problema de deterioração de papel em coleções de instituições de New England.” (GOMES, 2000, p. 31).

²⁸ O *Simmons College's Graduate School of Library and Information Science*, desde 1899 “[...] oferece uma educação pioneira em artes liberais para mulheres de graduação, integrada à experiência profissional. Hoje, [...] incluindo renomados programas de pós-graduação em Ciências da Saúde, Educação, Artes liberais, Bibliotecas e Ciência da Informação, Gerenciamento e Serviço social.” (SIMMONS UNIVERSITY, 2020, não paginado).

anos, foi criada a *Commission on Preservation and Access* (CPA), objetivando interagir com instituições estrangeiras e, assim colaborar com suas atividades de preservação, repassando informações e experiências, principalmente, em locais que não há recurso financeiro, contribuindo para que ocorresse uma cooperação internacional (GOMES, 2000).

Já na Inglaterra, em 1982, foi instituída, a *Cambridge Conservation Project*²⁹, que visava ter conhecimento sobre todas as políticas e práticas realizadas em suas bibliotecas na área da conservação, e a partir disso conseguir verificar a educação que era fornecida a bibliotecários e especialistas. E a partir desse projeto dois anos depois, surgiu o escritório de Preservação Nacional (NPO), instalado na Divisão de Referência da Biblioteca britânica, que tinha como função, a promoção e o despertar da consciência para a relevância da conservação (GOMES, 2000).

Importante enfatizar que o NPO atuou com grande presença nas pesquisas realizadas sobre o uso de papel permanente e também em ações de conservação em bibliotecas e arquivos, mas, principalmente, por ofertar ensino/treinamento sobre conservação para bibliotecários e especialistas da área. Dado que, em seu início existia uma quase completa inexistência da temática nos currículos das escolas de Biblioteconomia (GOMES, 2000).

No Brasil, pode-se citar a Biblioteca Nacional (BN), que é responsável por uma intervenção que propicie a salvaguarda dos seus materiais e conta com:

[...] laboratórios de conservação e restauração, desenvolvendo pesquisa nas áreas de biologia, química e bioquímica, promovendo cursos e estágios para estudantes de conservação e restauração; promovendo debates e constante reciclagem de seus profissionais tanto no país quanto no exterior (GOMES, 2000, p. 38).

Além da BN, há o Arquivo Nacional que promove cursos e estágios em seus laboratórios de conservação e restauração, alguns dos estagiários são da colaboração com a Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (ABER)³⁰, com uma duração de no mínimo quatro meses, sob a supervisão constante dos profissionais especializados, perpassando por todas as etapas, como: higienização, conservação preventiva, desinfestação,

²⁹ A *Cambridge Conservation Project* “Está comprometida com a colaboração interdisciplinar, oferecendo um ambicioso programa de pesquisa que leva as ciências naturais e a tecnologia ao diálogo intelectual com as artes, humanidades e ciências sociais.” (CAMBRIDGE CONSERVATION INITIATIVE, 2019, não paginado).

³⁰ Associação Brasileira de Encadernação e Restauro “[...] é uma instituição sem fins lucrativos que atua em dois segmentos: a encadernação e a conservação e restauro de livros e documentos em papel. Tornou-se referência nessa área do conhecimento por meio de ações de pesquisa, ensino, execução de projetos e difusão de informações.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENCARDENAÇÃO E RESTAURO, [2020], não paginado).

encadernação, restauração e por fim, a fabricação de papel, publicando também textos relacionados a essa temática (GOMES, 2000).

A ABER, criada em 1988, em São Paulo, também desenvolveu um curso intitulado “Preservação, Conservação e Restauração de Documentação Gráfica”, em conjunto com a Escola de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – Theobaldo de Nigris, por meio de aulas práticas e trabalhos disponibilizados para organizações públicas e privadas realizadas em laboratório. Acrescenta-se também, a Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR), constituída 1980, que trabalha com a organização de congressos, palestras e encontros, que colaboram para a valorização, aprimoramento e disseminação de trabalhos que abordem a temática de preservação e conservação (GOMES, 2000).

Embora, se tenha todo esse aparato de instituições, projetos e comissões, que visam à disseminação da temática de preservação e conservação, ela ainda não possui um espaço concreto na formação do bibliotecário, levando em conta o não investimento na área, questão que acaba acarretando de forma negativa na sua atuação no mercado de trabalho, uma vez que, é solicitado uma bagagem multidisciplinar, sendo necessário que esses profissionais possuam uma

[...] educação e treinamento especializado que analisa e avalia as condições e os materiais de coleções da propriedade cultural e executa programas de tratamentos de conservação. [...] selecionar métodos e materiais, para um melhor conhecimento atual, da propriedade cultural. Os profissionais têm o cuidado de não remover ou somar quaisquer materiais que possam alterar ou afetar adversamente a função, estrutura original, das coleções, dos objetos para uma futura investigação científica ou tratamento (GOMES, 2000, p. 46).

Assim, esses conteúdos seriam melhores trabalhados nos cursos de Biblioteconomia, com ementa e carga horária condizentes com a temática. Para tornar possível a formação de profissionais que possuam uma carga teórica-científica, que os tornem capazes de tomar decisões eficazes a respeito da preservação de acervos, independente do seu suporte (BECK, 2014).

Advogava-se que a formação do bibliotecário viabilize o desenvolvimento de competências que o possibilite gerenciar, negociar e consolidar serviços e produtos de informações nas organizações com o compromisso de preservar os documentos. Todavia, não se pode pensar que apenas a graduação é suficiente para cumprir esse papel.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O sentido da pesquisa, na prática, consiste no exercício orientado para a busca de respostas, de informação “[...] é toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade [...]” (PÁDUA, 1998, p. 29).

De maneira mais sistêmica, a pesquisa é definida como um processo formal e sistemático que se utiliza de métodos e técnicas científicos, objetivando responder a problemas emergidos do meio com vistas a contribuir com a sociedade (GIL, 2007). Segundo Pádua (2004, p. 32) “[...] toda pesquisa tem uma intencionalidade, que é elaborar conhecimentos que possibilitem compreender e transformar a realidade.”, daí ser determinante a sistematização e o rigor durante o processo de investigação.

Nesse sentido, esta pesquisa teve cunho exploratório, considerando a necessidade em fazer um levantamento das Universidades que disponibilizam o curso de Biblioteconomia existentes nas regiões Norte e Nordeste e, a partir de então, verificou suas grades curriculares para identificar se havia disciplinas (obrigatórias, optativas ou eletivas³¹) que contemplavam a temática Preservação e Conservação de documentos. Este tipo de pesquisa é importante por almejar a aprimoração de ideias por parte do pesquisador, para tornar assim o problema mais explícito ou o levar a construção de hipóteses (GIL, 2007).

Adicionado a isso, configura-se como uma pesquisa descritiva por possibilitar a caracterização das disciplinas que versavam sobre a temática estudada por meio do levantamento realizado na grade curricular de cada curso das Universidades pesquisadas, conforme afirmam Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61) “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.”.

A fundamentação teórica foi pautada nas pesquisas bibliográficas e documental, sendo que a primeira subsidiou o contato com os conhecimentos já registrados sobre o assunto

³¹ Há uma clara diferenciação entre cada uma das três definições de disciplinas: obrigatórias, é definida na matriz curricular do curso escolhido; “[...] optativas o aluno é levado a optar por uma ou mais disciplinas de um leque de disciplinas ofertado no PPC, para cumprir determinado número de créditos ou de carga horária. Essas disciplinas ou unidades curriculares ou componentes curriculares, geralmente, apresentam congruência com a área de formação profissional escolhida, podendo representar aprofundamento de estudos em determinado campo de estudo dessa mesma área. [...] eletivas, geralmente, são escolhidas livremente pelo aluno entre as disciplinas dos demais cursos da IES e que não estejam incluídas entre as disciplinas optativas. Como a própria palavra revela, o aluno elege a(s) disciplina(s) que entende possa(m) enriquecer a sua formação acadêmica ou profissional. A disciplina eleita pode não ter nenhuma ligação com a formação profissional pretendida.” (FRAUCHES, 2012, não paginado).

pesquisado, principalmente, os publicados em diferentes suportes de eventos científicos ou até gravados (MARCONI; LAKATOS, 2003). Já em relação a documental, foi estudado o currículo mínimo definido para os cursos de Biblioteconomia, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as normas criadas pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN³²), como destaca Gil (2007, p.45) “[...] vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.”.

A abordagem adotada foi a pesquisa qualitativa, em razão de se trabalhar diretamente com a análise do currículo dos cursos de Biblioteconomia em relação à preservação e conservação de documentos, uma vez que esse tipo de pesquisa consiste na “[...] obtenção de dados descritos por pessoas, assim como a análise de lugares e processos interativos por contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando entender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos.” (LEITÃO, 2005, p. 48-49).

A primeira etapa a ser realizada na coleta de dados, por meio da pesquisa documental, foi a identificação das Escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste, através das informações fornecidas pelo sítio da ABECIN, conforme ilustrado no Quadro 4.

Quadro 4 – Escolas de Biblioteconomia nas regiões Norte e Nordeste

REGIÃO	UNIVERSIDADE
N O R D E S T E	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
	Universidade Federal do Ceará (UFC)
	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
	Universidade Federal do Cariri (UFCa)
	Universidade Federal do Sergipe (UFS)
N O R T E	Universidade Federal do Pará (UFPA)
	Universidade Federal de Amazonas (UFAM)
	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Fonte: Dados coletados no sítio da ABECIN, 2020.

No segundo momento, foi realizada a pesquisa documental do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de cada uma das escolas relacionadas no Quadro 4, em busca de disciplinas – tanto obrigatória, como optativa ou eletiva – que fossem voltadas para a temática de

³² O endereço do sítio da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) é <http://www.abecin.org.br/cursos/>.

Preservação e Conservação de documentos. Esta etapa ocorreu por meio da leitura, triagem, análise dos seus currículos e, posteriormente, das ementas das disciplinas. A busca foi feita no sítio de cada escola, contudo, torna-se necessário, enfatizar que em apenas 7 (sete) Escolas – Nordeste (5): UFPE, UFMA, UFPB, UFAL e UFCa; Norte (2): UFPA e UNIR localizou-se os PPC em seus sítios. O curso da UFRN (Nordeste) foi encontrado através de pesquisa na plataforma Google. As 3 restantes – UESPI, UFS e UFBA (Nordeste) – foram solicitadas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI)³³, obtendo resposta em tempo hábil.

A pesquisa documental subsidiou também a coleta de dados nos PPC das Escolas de Biblioteconomia em relação ao *status* da temática de Preservação e Conservação de documentos, onde foi possível identificar se as disciplinas são optativas, obrigatórias, eletivas e em qual período são ofertadas. Soma-se a isto, a leitura e análise das ementas das disciplinas que são ofertadas.

Para tanto a análise foi feita através do estudo dos PPC das escolas de Biblioteconomia relacionando-os com os estudos e análises feitos nas pesquisas bibliográfica e documental, neste estudo mais os diálogos e orientações da pesquisadora com a orientadora e as observações da pesquisadora.

Assim, todo processo desenvolvido até aqui foi fundamental e colaborou para a identificação de quais cursos de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste, abordam a temática de preservação e conservação de documentos através da análise da grade curricular.

4.1 Contexto da pesquisa

As regiões Norte e Nordeste são marcadas por desigualdades socioeconômicos em relação às demais regiões do país em contraste a rica fauna, flora, extrativismo mineral e diversidade cultural.

No campo da Biblioteconomia soma-se nove cursos na região Nordeste e três cursos na região Norte. Destaca-se que embora apresentem um tronco curricular comum, suas práticas e algumas disciplinas têm peculiaridades.

Dessa forma, para situar em relação ao campo de pesquisa, ilustra-se no Quadro 5 os cursos de Biblioteconomia pesquisados, bem como a região a qual pertence, o ano de criação e o currículo vigente.

³³ A Lei de Acesso à Informação no Art. 1º “[...] dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações [...]” (BRASIL, 2011, não paginado).

Quadro 5 – Ano de criação e currículos vigentes das escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste

REGIÃO	UNIVERSIDADE	CRIAÇÃO	CURRÍCULO VIGENTE
N O R D E S T E	UFBA	1942	2016
	UFPE	1948	2018
	UFC	1965	2006
	UFMA	1969	2007 (em mudança)
	UFPB	1969	2007
	UFRN	1997	2018
	UFAL	1999	2019 (em implantação)
	UESPI	2003	2015
	UFCa	2006	2006
	UFS	2009	2011
N O R T E	UFPA	1963	2009
	UFAM	1967	2008
	UNIR	2009	2018

Fonte: Dados extraídos dos PPC dos cursos de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste, 2020.

O curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi fundado no ano de 1942 e o currículo vigente é do ano de 2016. É ofertado no turno matutino, composto por 8 semestres, totalizando na sua carga horária 3.058h divididos entre: componentes obrigatórios, optativos e eletivos; estágio supervisionado e atividades complementares. Avaliada com nota 4 pelo Ministério da Educação (MEC) (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2016). Está situado no Campus Canela, em Salvador com o corpo docente, em sua maioria, composto por doutores; possui pós-graduação com mestrado e doutorado em Ciência da Informação.

Em relação ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), criado em 1948 e constituído por 8 semestres, totalizando na sua carga horária 2.450h, divididos entre: componentes obrigatórios (inclusive o estágio supervisionado), optativos, eletivos e atividades complementares. Seu horário de funcionamento é à tarde, cuja avaliação feita pelo MEC foi nota 5. Seu corpo docente é quase todo formado por doutores, possui mestrado e doutorado em Ciência da Informação e o Campus fica em Recife.

Na Universidade Federal do Ceará, o curso de Biblioteconomia tem na capital do Estado, Fortaleza, e na cidade do interior Cariri. No Estado de Fortaleza, ele surgiu em 1965 e no Cariri em 2006. Ambos têm 8 semestres, sendo que o de Fortaleza contabiliza carga horária 3.072h e o de Cariri 3.200h, divididos entre: componentes obrigatórios, optativos, eletivos e atividades complementares. O curso de Fortaleza foi avaliado com nota 04 pelo MEC. Em relação a Pós-Graduação, tanto em Fortaleza, quanto no Cariri, contam com o

Mestrado, sendo que em Ciência da Informação e em Biblioteconomia, respectivamente. O corpo docente, em sua maioria, é de doutores.

Já o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) criado no ano de 1969 é composta por 8 semestres com um total de 2.850h, divididos entre: componentes obrigatórios, eletivos, estágio curricular e atividades complementares. A maior parte do seu corpo docente é constituído por doutores e funciona no turno matutino. Foi avaliado com nota 05 pelo MEC.

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o curso de Biblioteconomia foi criado no ano de 1969, é composta por 8 semestres, totalizando na sua carga horária 2.760h, divididos entre: componentes obrigatórios, optativos, eletivos e atividades complementares. O seu corpo docente é composto é sua maioria por doutores, funcionando no turno vespertino e noturno. Avaliada com nota 04 pelo MEC.

O curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), foi criada no ano de 1997, composta por 8 semestres, totalizando na sua carga horária 3.072h, divididos entre: componentes obrigatórios, optativos, eletivos e atividades complementares. O corpo docente é constituído por mestres e doutores, funcionando no turno vespertino. Avaliada com nota 05 pelo MEC.

Na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o curso de Biblioteconomia foi criado no ano de 1999, composta por 8 semestres, totalizando na sua carga horária 2.400h, divididos entre: componentes obrigatórios, optativos, eletivos e atividades complementares. Seu corpo docente é composto em sua maioria por doutores, com o funcionamento no turno noturno. Avaliada com nota 05 pelo MEC.

O curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), foi criado no ano de 2003, composta por 8 semestres, totalizando na sua carga horária 3.080h, divididos entre: componentes obrigatórios, optativos, eletivos e atividades complementares. Seu corpo docente é constituído em sua maioria por especialistas em Biblioteconomia, com o funcionamento no turno matutino e noturno. Avaliada com nota 03 pelo MEC.

Na Universidade Federal do Sergipe (UFS), o curso de Biblioteconomia foi criado no ano de 2009, composta por 8 semestres, totalizando na sua carga horária 2.640h, divididos entre: componentes obrigatórios, optativos, eletivos e atividades complementares. Seu corpo docente é composto em sua maioria por doutores, com o funcionamento no turno noturno. Avaliada com nota 04 pelo MEC.

O curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (UFPA), foi criado no ano de 1963, composta por 8 semestres, totalizando na sua carga horária 2.840h, divididos

entre: ensino de disciplinas teóricas, prática profissional, pesquisa, extensão e atividades complementares. Seu corpo docente é constituído em sua maioria por mestres. Avaliada com nota 04 pelo MEC.

Na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), foi no ano de 1967, composta por 8 semestres, totalizando na sua carga horária 2.745h, divididos entre: componentes obrigatórios, optativos, eletivos e atividades complementares. Seu corpo docente é constituído em sua maioria por mestres, com o funcionamento no turno matutino. Avaliada com nota 04 pelo MEC.

O curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), foi no ano de 2009, composta por 8 semestres, totalizando na sua carga horária 2.520h, divididos entre: componentes obrigatórios, optativos, eletivos e atividades complementares. Seu corpo docente é constituído em sua maioria por mestres, com o funcionamento no turno noturno. Avaliada com nota 03 pelo MEC.

5 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE A PARTIR DOS PPC

Inicia-se esta discussão com uma primeira inferência baseado nas informações analisadas, nesta pesquisa: a base curricular dos cursos de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste brasileiro tem como determinante disciplinas técnicas voltadas para a seleção, organização, gestão, disseminação e recuperação da informação. Todavia, não haverá aprofundamento em tal debate por não se constituir objeto de estudo.

Em relação ao objeto de estudo, desta investigação, fez-se a identificação das escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste seguida da pesquisa documental dos PPC das escolas, representada pelo Quadro 6, onde apresenta os dados como: endereço do sítio, ano de criação e o currículo vigente dos cursos de Biblioteconomia das Universidades estudadas. As universidades UFBA, UESPI e UFS (Nordeste), não se encontram no Quadro 6 por não estarem disponíveis em seus sítios, cujo pedido dos seus PPC ocorreu através da LAI, como mencionado na seção 4.

Quadro 6 – Endereço do sítio, ano de criação e currículos vigentes das escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste

REGIÃO	UNIVERSIDADE/SÍTIO	CRIAÇÃO	CURRÍCULO VIGENTE
N O R D E S T E	UFBA	1942	2016
	UFPE: https://www.ufpe.br/documents/39158/0/PPC_2018.pdf/9e500e3f-be15-42a9-b6da-4d9121001514	1948	2018
	UFC: https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=657457	1965	2006
	UFMA: http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/VoxFpKFSbrfu2g6.pdf	1969	2007 (em mudança)
	UFPB: http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/documentos/ppp%20do%20curso%20de%20biblioteconomia/viiew	1969	2007
	UFRN: https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2018223233477a513232789606332f495/PROJETO_PEDAGOGICO_BIBLIOTECONOMIA_2018.pdf	1997	2018
	UFAL: http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ichca/graduacao/biblioteconomia/projetos-pedagogicos	1999	2019 (em implantação)
	UESPI	2003	2015
	UFCA: https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/08/BiblioteconomiaUFCA-Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico-2006.pdf	2006	2006

	UFS	2009	2011
N O R T E	UFPA: https://drive.google.com/file/d/1Fgs2Z_R9eYGUhgrL-FdMZYpIJIM_H-xI/view	1963	2009
	UFAM: https://biblioteca.ufam.edu.br/attachments/article/256/PPC%20BIBLIOTECONOMIA.pdf	1967	2008
	UNIR: http://www.biblioteconomia.unir.br/portal/wp-content/uploads/2018/12/PPC-COMPLETO.pdf	2009	2018

Fonte: Dados extraídos dos PPC dos cursos de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste, 2020.

Percebe-se que a criação dos cursos, em sua maioria, tem sua origem na década de 1960 e acredita-se que esse cenário é justificado pelo momento em que a Biblioteconomia é elevada ao *status* de profissão de nível superior³⁴. A região Nordeste possui o curso de Biblioteconomia em quase todos os seus Estados, enquanto que a região Norte, a presença do curso está em três Estados.

Outro dado constatado com a análise dos PPC foi a identificação das disciplinas (obrigatórias, opcionais ou eletivas) ofertadas pelos aludidos cursos que abordem a temática preservação e conservação de documentos demonstrada no Quadro 7.

Quadro 7 – Disciplinas referente à temática de Preservação e Conservação de documentos nas escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste

REGIÃO	UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	STATUS
N O R D E S T E	UFBA	Conservação e Restauração de documentos	Optativa
	UFPE	Preservação de documentos	Obrigatória (6º período)
		Conservação e Restauração de documentos	Eletiva
	UFC	Preservação e Restauração de documentos	Eletiva
	UFMA	Não é ofertada em nenhuma modalidade	
	UFPB	Preservação e Conservação de Unidades de Informação	Obrigatória (8º período)
		Preservação e Conservação de acervos	Optativa
	UFRN	Preservação e Conservação de impressos e digitais	Optativa

³⁴ Torna-se importante ressaltar que, nesse período, havia no Brasil, vários cursos de Biblioteconomia no Brasil, conforme afirma Fonseca (1979): Pontifícia Universidade Católica –Campinas (1945); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1947); Minas Gerais (1950). Universidade Federal do Paraná (1952); São Carlos –SP (1959).

	UFAL	Técnicas de Preservação e Restauração de documentos	Obrigatória (não mencionado)
	UESPI	Não é ofertada em nenhuma modalidade	
	UFCa	Preservação e Restauração de documentos	Optativa
	UFS	Conservação e Restauração de documentos	Optativa
N O R T E	UFPA	Preservação e Restauração de documentos	Optativa
	UFAM	Não é ofertada em nenhuma modalidade	
	UNIR	Não é ofertada em nenhuma modalidade	

Fonte: Dados extraídos dos PPC dos cursos de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste, 2020.

Em termos da região Nordeste evidencia que a disciplina é ofertada em quase todos os cursos, excetuando a UFMA e a UESPI e na região Norte a UFAM e a UNIR. Outro detalhe são as distintas terminologias atribuídas à disciplina e para os suportes informacionais, onde dentem-se, na maioria, no suporte em papel, excetuando, a UFRN que deixa claro o suporte digital.

Quanto à disciplina ser obrigatória, somente a UFPE, UFPB e UFAL – sendo ministradas no sexto e oitavo período respectivamente - a ofertam aos seus discentes; mais de cinquenta por cento da Universidade a oferecem como optativas ou eletivas. Esse dado, de certa forma, é preocupante por sinalizar que há poucos bibliotecários formados com conhecimento básico sobre a preservação e conservação da documentação que trabalha.

As ementas das disciplinas sobre Preservação e Conservação também foram analisadas nas modalidades: obrigatória, optativa ou eletiva, estando ilustradas no Quadro 8.

Quadro 8 – Ementas das disciplinas ofertadas sobre a temática Preservação e Conservação de documentos

REGIÃO	UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	EMENTA
N O	UFBA	Conservação e Restauração de documentos	Não é disponibilizado.
	UFPE	Preservação de documentos	Planejamento, gestão e conservação dos suportes documentários, nos suportes analógicos e digitais.
		Conservação e Restauração de documentos	Noções básicas sobre procedimentos técnicos de conservação e restauração de documentos.
	UFC	Preservação e Restauração de documentos	Não é disponibilizado.

R D E S T E	UFPB	Preservação e Conservação de Unidades de Informação	Arquitetura predial de unidades de informação: requisitos mínimos e padrões indicativos. Políticas de preservação e conservação de unidades de informações. Condições macro e micro climáticas. Prevenção, manutenção e conservação de prédios e de matérias. Prevenção das doenças trabalhistas e nas unidades de informação.
		Preservação e Conservação de acervos	Aspectos teóricos de conservação e preservação. Controle ambiental. Controle dos agentes físicos, químicos e biológicos. Técnicas de investigação de acervos. Armazenamento e exposição de acervos. Planos de segurança e de administração de emergência. Políticas de preservação. Elaboração de projetos de conservação preventiva.
	UFRN	Preservação e Conservação de impressos e digitais	Teoria e métodos de preservação e conservação de documentos em suporte analógico e digital. Memória e sua materialização na perspectiva da preservação documental. Conservação preventiva e curativa. Preservação Digital.
	UFAL	Técnicas de Preservação e Restauração de documentos	Processos e procedimentos de conservação e restauração. Equipamentos e materiais básicos. Políticas de preservação documental em Alagoas.
	UFCa	Preservação e Restauração de documentos	Não é disponibilizado.
	UFS	Conservação e Restauração de documentos	Técnicas e procedimentos de conservação. Recuperação de livros.
N O R T E	UFPA	Preservação e Restauração de documentos	Não é disponibilizado.

Fonte: Dados extraídos dos PPC dos cursos de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste, 2020.

A UFPE apresenta duas disciplinas distintas: a primeira se volta para a preservação de documentos independente do suporte e, a segunda, para o restauro e conservação de documento, mas não fica expresso em qual formato.

A UFPB também contempla a temática com a oferta de duas disciplinas: uma sobre medidas preventivas da construção do prédio perpassando pelos que atuam na unidade de informação e outra focalizando aspectos conceituais, os agentes biológicos que deterioram os acervos, bem como, o processo de elaboração de políticas de conservação preventiva. Entretanto, nas ementas não fica claro se as disciplinas tratam da preservação voltada somente para os documentos impressos ou englobam os de cunho digitais e nato digitais.

A disciplina da UFRN é a única que traz em sua ementa a Preservação Digital expressa, trabalhando os aspectos teóricos e metodológicos e a perspectiva da memória;

enquanto a disciplina da UFAL trabalha a conservação e restauração e detêm-se, em relação à preservação dos documentos em âmbito local e a UFS faz uma abordagem mais técnica em relação à conservação.

O que se observa é que essas Escolas de Biblioteconomia que tem em seus desenhos curriculares disciplinas que versam sobre Preservação e Conservação de documentos não se detêm como deveriam na concepção e metodologias da política de preservação conservativa, assim como, nos agentes de deterioração e o desenvolvimento de uma política, nesse sentido, é pouco trabalhada.

Outro elemento analisado nos PPC das Escolas de Biblioteconomia estudadas, nesta pesquisa, diz respeito à pulverização que fazem da temática Preservação e Conservação em outras disciplinas como é demonstrado no Quadro 9.

Quadro 9 – Menção ao estudo de Preservação e Conservação de documentos em algumas disciplinas das escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste

REGIÃO	UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	STATUS	EMENTA
N O R D E S T E	UFBA	Formação e Desenvolvimento de coleções	Obrigatória	Princípios e técnicas de formação e desenvolvimento de coleções. Políticas de seleção, aquisição, expansão e preservação do acervo . Métodos manuais e automatizados de aquisição. Métodos e técnicas de avaliação de coleções. Adequação do acervo e descarte.
		Arquivística	Optativa	Conhecimento dos arquivos como instituição e a identificação dos documentos, da formação dos arquivos correntes, intermediários e permanentes, dos aspectos básicos de planejamento e da aplicação de novas tecnologias em arquivos e a preservação dos acervos arquivísticos .
	UESPI	Gestão da Informação Arquivística	Obrigatória	Estudo teórico, metodológico e prático da gestão da informação arquivística. Idade dos arquivos, tipos de arquivos, métodos de arquivamento, materiais e equipamentos empregados na reunião, tratamento, controle e preservação de documentos . Implantação de sistema de arquivos com integração de tecnologias.
N O R T E	UFPA	Gestão de Unidades de Informação I	Obrigatória	Objetivos das bibliotecas no contexto organizacional e social. Estrutura administrativa de diferentes tipos de bibliotecas. Formas de organização de

				diferentes tipos de documentos e suportes nas bibliotecas. Instrumentos normativos nas bibliotecas. Principais instrumentos de registro e controle do acervo de Bibliotecas. Elementos relacionados a conservação e preservação de acervos . Estatísticas de uso e relatório de atividades em bibliotecas/unidades de informação.
	UFAM	Formação e Desenvolvimento de coleções	Obrigatória	Fundamentos, princípios e instrumentos dos processos de formação e de desenvolvimento de coleções. Os processos de formação e de desenvolvimento de coleções: princípios e técnicas de seleção; modalidades e formas de aquisição: métodos e técnicas de avaliação, preservação, conservação, restauração, encadernação e descarte de recursos informacionais .
	UNIR	Gestão de coleções e do patrimônio em Unidades de Informação	Obrigatória	Teoria, princípios e critério para planejamento, formação, organização, desenvolvimento, avaliação, descarte e preservação de coleções em unidades de informação impressas e ou digitais . Estudos de necessidades e de usos da informação por pessoas e organizações. Princípios éticos e legais e política de privacidade de dados e informações. Uso de tecnologias da informação e da comunicação na formação. Desenvolvimento, acesso e uso de coleções diversas. Cooperações e consórcios de aquisição planejada, permuta, comutação bibliográfica, empréstimo e intercâmbio de registros entre unidades de informação. Coleções não convencionais. Aspectos da obsolescência de hardware e software e de segurança de dados que impactam no gerenciamento de coleções digitais e ou virtuais.

Fonte: Dados extraídos dos PPC dos cursos de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste, 2020.

É possível perceber através do Quadro 7, que 9 – Nordeste (8) e Norte (1) – Escolas de Biblioteconomia possuem na sua grade curricular disciplinas voltadas diretamente para o

ensino de Preservação de Conservação de documentos – no Quadro 8, visualiza-se o que cada uma delas trabalha –, e nota-se que em sua maioria elas são opcionais ou eletivas.

Esse contexto confirma o pensamento de Silva (2019, p. 42) ao relatar que “Embora os cursos de Biblioteconomia e Ciências da Informação estejam ligados à documentação, as disciplinas na área de Conservação e Preservação, por exemplo, quando são oferecidas, na maioria das vezes, não são obrigatórias.”. Neste sentido, embora saiba-se da importância de tantos outros assuntos da área para a formação do bibliotecário, advoga-se que a preservação e conservação de documentos no campo da Biblioteconomia tem uma importância tanto quanto os demais assuntos tratados, considerando que a partir dessas atividades, as outras se realizam, como a organização, a recuperação e, também, a garantia da memória de um local.

Também foi observado, conforme o Quadro 9, que em sua maioria, são apresentadas disciplinas obrigatórias que mencionam a temática Preservação e Conservação de documentos em outras disciplinas na sua grade curricular. Um aspecto importante, porque na maioria dos PPC, a competência relacionada à temática de Preservação e Conservação de documentos é estabelecida – como poderá ser observado no Quadro 10 – e isso se deve a reestruturação da grade curricular determinada pela Resolução nº 08/82 para os cursos de Biblioteconomia, no qual tencionava tornar mais amplo a formação do profissional bibliotecário.

No Quadro 10, por exemplo, pode-se observar a competência da temática estudada apresentada nos PPC das Escolas de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste analisadas.

Quadro 10 – Competência sobre a temática de Preservação e Conservação de documentos dos PPC

REGIÃO	UNIVERSIDADE	COMPETÊNCIA
N O R D E S T E	UFBA	Desenvolver programas de preservação e conservação em Unidades de Informação (2016, p. 09).
	UFPE	Atividades e instrumentos de pesquisa no âmbito do acesso, produção, disseminação, preservação e uso da informação (2018, p. 23).
	UFC	Não menciona.
	UFMA	Não menciona.
	UFPB	Domínio de técnicas de preservação e conservação do patrimônio documental de pessoas e instituições (2007, p. 02).
	UFRN	Preservar e conservar o patrimônio documental de pessoas e instituições (2018, p. 21).
	UFAL	Não menciona.
	UESPI	Planejar, coordenar e avaliar a preservação e conservação dos materiais das Unidades de Informação (2015, p. 45).
	UFCA	Não menciona.
	UFS	Não menciona.

N O R T E	UFPA	Planejar, coordenar atividades voltadas à avaliação, conservação, preservação e restauro de documentos (2009, p. 21).
	UFAM	Não menciona.
	UNIR	Planejar, executar, coordenar e avaliar a preservação e a conservação dos materiais das Unidades de Informação (2018, p. 31).

Fonte: Dados extraídos dos PPC dos cursos de Biblioteconomia das regiões Norte e Nordeste, 2020.

Ao relacionar o Quadro 10 com os Quadros 7 e 8 verifica-se uma certa contradição, no sentido de que embora no PPC de algumas Escolas de Biblioteconomia contenha a preservação como competência na formação do futuro bibliotecário, percebe-se que não há disciplinas voltadas para este fim. Soma-se a isto, que, apesar do crescimento da temática, da sua ligação com a documentação e da sua contribuição direta com a área da Biblioteconomia, ela ainda não possui espaço suficiente no desenvolvimento da formação de novos bibliotecários, “[...] corroborando para que haja poucos profissionais preparados para salvaguardar documentos impressos ou digitais que necessitem de tratamentos específicos.” (FERNANDES; SILVA, 2014, p. 3).

Em relação ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, local de origem da pesquisadora, torna-se necessário ressaltar que a temática preservação e conservação de documentos é trabalhada na disciplina de Arquivística na Unidade 3 - Política de Arquivo, no item 3.3 Conservação Preventiva de Documentos de Arquivo e preservação digital. Outra disciplina que deveria abordar a temática é a Formação e Desenvolvimento de coleções, porém não é mencionada (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020, p. 2).

Nesse conteúdo trabalha-se aspectos conceituais de preservação, conservação, restauração e conservação preventiva, além dos agentes biológicos, químicos e naturais que ajudam a deteriorar o documento em seus diversos suportes; aborda-se as medidas de conservação preventivas por meio dos cadernos da CPBA, realizando ainda, visitas técnicas aos arquivos Públicos do Estado do Maranhão e ao Tribunal de Justiça, bem como, aos seus laboratórios de restauro.

Todavia, considera-se que o assunto não é tratado com aprofundamento em razão de estar alocado em uma unidade onde se trata de mais de um assunto relacionado à temática Política de Informação.

Embora haja relevância, um currículo não consegue abordar toda a necessidade social de uma área. Entretanto, ele pode desenvolver “[...] conhecimento e o envolvimento com esta ciência, que o capacitará a entender melhor as necessidades do acervo sob sua custódia e a

contribuir para um melhor desenvolvimento das atividades de conservação e restauração do acervo.” (LINO; HANNESCH; AZEVEDO, 2006, p. 3), tornando-o um profissional que venha a ter mais conhecimento sobre essa área através de uma educação continuada, para suprir uma necessidade no seu local de trabalho. Mas, que carrega consigo sua aprendizagem apreendida na graduação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a temática Preservação e Conservação de documentos nos cursos de Biblioteconomia, especificamente das regiões Norte e Nordeste apresentou-se como um desafio, pois foi necessário que a pesquisadora se afastasse de seu objeto – apegada apaixonadamente – para olhar de maneira objetiva e clara.

Soma-se a isso, que ao dialogar com os dados coletados de forma imparcial, principalmente, quando um dos ambientes de estudo é o seu lugar de formação - curso de Biblioteconomia da UFMA – verifica-se que a temática estudada ainda fica a margem aos conteúdos trabalhados nos PPC dos Cursos.

Além disso, no decorrer da pesquisa vivenciou-se dificuldades em relação à coleta de dados, pois algumas Escolas de Biblioteconomia não disponibilizam seus PPC em seus sítios ou suas páginas não são atualizadas ou não possuem páginas na internet. Essas lacunas comprometeram o tempo de coleta dos dados.

Todavia, acredita-se que o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado, pois constatou-se que a inserção da disciplina de Preservação e Conservação de documentos nos currículos dos cursos de Biblioteconomia nas regiões Norte e Nordeste ainda não ocorreu em sua completude. Dos 13 cursos de Biblioteconomia estudados, em 4 Universidades – Nordeste (2): UFMA e UESPI; Norte (2): UFAM e UNIR – o conteúdo ainda está ausente de sua grade curricular como disciplina específica, seja de forma obrigatória, optativa ou eletiva.

Vale retomar que a temática é mencionada na ementa de três disciplinas dos 3 cursos dos referenciados acima: Gestão da Informação Arquivística (UESPI); Formação e Desenvolvimento de coleções (UFAM); e Gestão de coleções e do patrimônio em Unidades de Informação (UNIR).

Observa-se que os PPC dos cursos de Biblioteconomia têm a necessidade de reformulações com o objetivo de acompanhar as demandas do mundo do trabalho. Todavia, as disciplinas que contemplam a preservação e conservação de documentos não acompanham a mesma velocidade. Considera-se este fato preocupante em face dos rumos que a Universidade pública vem tomando mediante a política de sucateamento, desvalorização e sombria do governo federal em relação ao ensino superior.

Esse contexto torna-se mais turvo ao considerar a matéria-prima de trabalho do bibliotecário que é a informação – hoje, muito combatida pela desinformação -, independente do suporte no qual ela se apresenta. Isto porque é de suma importância que as Escolas de Biblioteconomia que não tem em suas grades curriculares disciplinas sobre preservação e conservação de documentos, busquem debater e incorporar, de forma que, os futuros

profissionais tenham noção teórica-científica sobre a temática e ao se depararem com um problema, neste campo, consigam encontrar soluções adequadas para o acervo, garantindo o seu acesso.

As Escolas que possuem as disciplinas, faz-se o necessário mantê-las, de forma a construir diálogos com o mercado de trabalho associando a teoria com a prática e aproximar o graduando do mundo do trabalho.

Adicionado a isso, sugere-se que outras investigações sejam desenvolvidas em trabalhos futuros sobre a temática em tela, mas analisando os objetivos das disciplinas, bem como os seus programas, pois assim, será possível uma investigação mais aprofundada da transversalidade da temática e de como ela é trabalhada nas Escolas de Biblioteconomia nas regiões Norte e Nordeste.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012. f. 159. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11170/1/2012_NeiliaBarrosFerreiradeAlmeida.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.
- ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XXV, 2013, Florianópolis. Anais...* Florianópolis: CBBDD, 2013. p.1-12. Disponível em: <https://www.portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1508/1509>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- AMORIM, Margarete Jacques. **As contribuições de Gabriel Naudé para a sociedade no século XVII e os reflexos dessas contribuições para a Biblioteconomia no século XXI**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2010. 94. f. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/120796/283736.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 abr. 2020.
- ANJOS, Cláudia Regina dos. *et al.* Revisitando as origens da Biblioteconomia no Brasil: história, ensino e perfil do profissional da informação. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, XVIII, 2014. Anais...* Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/406-1887.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.
- ANPED. **Estatuto**. Porto de Galinhas, Ipojuca, 23 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/estatuto_anped_com_registro.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.
- ARQUIVO NACIONAL. **Histórico**. 2020. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Sobre**. 2016. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/sobre/abebd/>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENCARDENAÇÃO E RESTAURO. **Histórico**. [2020]. Disponível em: <http://www.aber.org.br/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. [S.l.]: Edições 70, 1977.
- BECK, Ingrid. Dois aspectos da formação em preservação documental. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, p. 1-10, 2006. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2018/02/pdf_8eca9cf027_0000029457.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.
- BECK, Ingrid. O projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos e a formação de profissionais em conservação no Brasil: necessidades e perspectivas. **Cadernos do CEOM**, v. 18, n. 22, p. 257-264, 2014. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2254>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BERTICELLI, Ireno Antônio; TELLES, Ana Maria. O currículo na contemporaneidade: filosofia e tendências. **Revista Pedagógica**, v. 19, n. 41, p. 271-286, maio/ago. 2017.

Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3594/2220>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BORGES, Jussara. **Participação política, internet e competências infocomunicacionais**: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. 2011. Tese (Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. f. 352. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/Tese-Jussara-Borges.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRANDÃO, Hugo Pena. **Gestão baseada nas competências**: um estudo sobre competências profissionais na indústria bancária. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1999. f. 158. Disponível em:

https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/65966/mod_folder/content/0/Teses%20e%20Disserta%C3%A7%C3%B5es/DISSER_1999_Hugo%20Brand%C3%A3o_GEST%C3%83O%20BASEADA%20NAS%20COMPET%C3%84NCIAS%20UM%20ESTUDO%20SOBRE%20COMPET%C3%84NCIAS%20PROFISSIONAIS%20NA%20IND%C3%A9STRIA%20BANC%C3%81RIA.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivo. **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico cultural**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em:

http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília, DF, 2002. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. 1937. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm#:~:text=LEI%20No%208.159%2C%20DE%208%20DE%20JANEIRO%20DE%201991.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20nacional,privados%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs%20e%20Art.&text=5%C2%BA%20%2D%20A%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20

P%C3%BAblica%20franquear%C3%A1,p%C3%BAblicos%20na%20forma%20desta%20Lei. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 06 out. 2020.

CABRAL, Rosimere Mendes. **Bibliotecas de Alexandria: construções políticas da memória.** 2010. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. f. 73. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12326/dissertacao%20completa%2012%2004%2010.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 abr. 2020.

CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação Preventiva: histórico. **R. CPC**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 91-102, nov. 2005/abr. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15582/17156>. Acesso em: 09 jul. 2020.

CAMBRIDGE CONSERVATION INITIATIVE. **Universidade de Cambridge.** 2019. Disponível em: <https://www.cambridgeconservation.org/about/partners/university-of-cambridge/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.** São Paulo: Projeto Como Fazer: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, v. 5, 2000. Disponível em: <http://www.vsilva.com.br/dados/Como%20Fazer%205%20Conservar.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil.** 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. f. 182. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/2840/1/aloisioarnaldonunesdecastro.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira: perspectivas históricas.** Brasília, DF: Thesaurus Editora, 2000.

CASTRO, César Augusto. Histórico e Evolução Curricular na Área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lígia (org.). **Formação do profissional da informação.** São Paulo: Polis, 2002. p. 89-101. Disponível em: <http://docplayer.com.br/60840576-Marta-ligia-valentim-org-formacao-do-profissional-da-informacao.html>. Acesso em: 26 jul. 2020.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. O ensino de Biblioteconomia: um currículo a ser mudado. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.2, n.1, p. 43-59, mar. 1973. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002462>. Acesso em: 06 mar. 2020.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 1997. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/19206867/teixeira-coelho-dicionario-critico-de-politica-cultural>. Acesso em: 06 mar. 2020.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <http://200.18.252.57/services/CBBA/CPBA%2052.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

DAVANSO, Andressa Mello; ZANAGA, Mariângela Pisoni. Organização curricular dos cursos de Biblioteconomia brasileiros. *In*: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XVI; ENCONTRO DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO DA PUC-CAMPINAS, I, 2011. **Anais...** São Paulo, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4687985-Organizacao-curricular-dos-cursos-de-biblioteconomia-brasileiros.html>. Acesso em: 08 mar. 2020.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. Origens da rede pública municipal de educação infantil na cidade de São Paulo: o departamento de cultura e os parques infantis de Mário de Andrade (1935-1938). **Pro-Posições**, v. 6, n. 2, p. 34-45, jun. 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644268/11694>. Acesso em: 08 abr. 2020.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Missão e Histórico**. [2020]. Disponível em: <http://www.febab.org.br/sobre/historico/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

FERNANDES, Iandra Marcela Honorato; SILVA, Márcia Regina. Preservação e conservação documental: formação e atuação do bibliotecário. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, XVIII, 2014. **Anais...** Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/379-2400.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FLECK, Amaro. A emancipação ociosa, ou, o que nos propõe a teoria crítica de Marx? **Trans./Form./Ação**, Marília, v. 35, n. 1, p. 73-88, jan./abr., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/trans/v35n1/06.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

FRAUCHES, Celso. **Disciplinas optativas e eletivas**: como classificá-las. 2012. Disponível em: <https://abmes.org.br/colunas/detalhe/680/educacao-superior-comentada-%E2%80%93-politicas-diretrizes-legislacao-e-normas-do-ensino-superior>. Acesso em: 28 set. 2020.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. **Tópicos em Conservação Preventiva**: Princípios históricos e filosóficos da Conservação Preventiva. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008. p. 1 - 24. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16627687-Topicos-em-conservacao-preventiva-2-principios-historicos-e-filosoficos-da-conservacao-preventiva.html>. Acesso em: 08 jul. 2020.

FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. **Tópicos em Conservação Preventiva: Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios.** Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008. p. 1 - 24. Disponível em: <http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/000004/0000046b.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **FGV Projetos.** [2020]. Disponível em: <https://portal.fgv.br/fgv-projetos-0>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES. **Missão.** [2020]. Disponível em: <https://www.funarte.gov.br/a-funarte/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Neide Aparecida. **O ensino de conservação, preservação e restauração de acervos documentais no Brasil.** 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2000. f. 100. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5480/1/2000%20Neide%20Aparecida%20Gomes.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Estudos Curriculares em Biblioteconomia no Mercosul: reflexões sobre uma trajetória. In: VALENTIM, Marta Lígia (org.). **Formação do profissional da informação.** São Paulo: Polis, 2002. p. 49-88. Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/colecao-palavra-chave/VALENTIM_%28Org%29_Forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20profissional%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

HOLLÓS, Adriana Cox. Fundamentos da Preservação Documental no Brasil. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, v. 23, n. 2, p. 13-30, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/41179>. Acesso em: 15 jul. 2020.

HORNBURG, Nice. SILVA, Rubia da. Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 3, n. 10, p. 61-66, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://files.joaopedagogia.webnode.pt/200000022-271332809f/Teorias%20sobre%20os%20Curriculos.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

IPHAN. **O Iphan.** 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 07 jul. 2020.

KORNDORFER, Ana Paula. A atuação da Fundação Rockefeller na formação de quadros em saúde pública através dos Fellowship Cards (Brasil, 1917-1951). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 148-155, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/76226>. Acesso em: 12 maio 2020.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa Biblioteca Universitária.** Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

LINO, Lucia Alves da Silva; HANNESCH, Ozana; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **Política de Preservação no âmbito do gerenciamento de Coleções Especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins.** 2006. p. 1-16. Disponível em:

http://eprints.rclis.org/11476/1/Pol%C3%ADtica_de_Preserva%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=k9rFAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=cultura+e+pol%C3%ADtica+do+curr%C3%ADculo,+Alice+Casimiro+Lopes&ots=eEcA8OFB00&sig=JQH7gaXjYUols3KrouaCUiLOKtY#v=onepage&q=cultura%20e%20pol%C3%ADtica%20do%20curr%C3%ADculo%2C%20Alice%20Casimiro%20Lopes&f=true>. Acesso em: 02 abr. 2020.

MAIA, Elias da Silva. História Política e Cultural da Ciência Brasileira no Período da Ditadura Militar. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011. **Anais...** São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890298_ARQUIVO_TextoEliasMaiaANPUH.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

MALTA, Shirley Cristina Lacerda. Uma abordagem sobre currículo e teorias afins visando à compreensão e mudança. **Espaço do Currículo**, v. 6, n. 2, p. 340-354, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://pt-static.z-dn.net/files/dba/9a7b6eb151b42ada80c905664af2f0b7.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. *In*: MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. cap. 9, p. 174-214.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 492, de 9 de julho de 2001**. Brasília, DF. p. 1-38. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. **Edital nº 4, de 10 de dezembro de 1997**. Brasília, DF. p. 1-3. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/e04.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

MIRANDA, Marcia Eckert. Historiadores, arquivistas e arquivos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011. **Anais...** São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307020581_ARQUIVO_MarciaEckertMirandaAnpuh2011.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1053/1132>. Acesso em: 13 jan. 2021.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a10.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/222/222>. Acesso em: 08 mar. 2020.

NASCIMENTO, Luana de Almeida. Preservação da informação: gerenciar para possibilitar o acesso. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 111-130, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/24510>. Acesso em: 20 jul. 2020.

NASCIMENTO, Maria Vanessa; FERREIRA, Aline Rodrigues; MARTINS, Gracy Kelli. A Biblioteconomia no nordeste brasileiro: expansão e consolidação no ensino de graduação e pós-graduação. **Folha de Rosto**, Ceará, v. 3, n. esp., p. 5-17, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/52454>. Acesso em: 25 nov. 2019.

NASSIF, Mônica Erichsen. **Subsídios para a formulação de Políticas de Preservação de acervos de bibliotecas**: um estudo de caso. 1992. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992. 130. f. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-984MWR/1/m_nica_erichsen_nassif.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, v.5, n.5, p. 1-13, out. 2004. Disponível em: <http://bsf.org.br/wp-content/uploads/2017/05/ORTEGA-RELA%C3%87%C3%95ES-HIST%C3%93RICAS-ENTRE-BIBLIOTECONOMIA-DOCUMENTA%C3%87%C3%83O-E-CI%C3%84NCIA-DA-INFORMA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico-prática. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Papirus, 2004.

PAIVA, Eliane Bezerra; LOPES, Maria Gorette. Biblioteca religiosa e biblioteca medieval: encontro em “O Nome da Rosa”. **Informação e Sociedade: Estudo**, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 159-169, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_f7e10a42f4_0012641.pdf. Acesso em: 09 abr. 2020.

PRUDENCIO, Dayanne da Silva; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Diretrizes curriculares nacionais e a construção de propostas curriculares inovadoras na formação em Biblioteconomia no Brasil. *In*: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, VII, 2015. **Anais...** Madri, 2015. p. 1-16. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/34750/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. A Pesquisa como Princípio Educativo na Formação do Profissional da Informação. *In*: VALENTIM, Marte Lígia (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 89-101. Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/colecao-palavra-chave/VALENTIM_%28Org%29_Forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20profissional%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

RUDIGER, Francisco. A Escola de Frankfurt. *In*: FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C. (org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 131-150. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4848464/mod_resource/content/2/Rudiger_EscolaFrankfurt.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=FLHDDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=o+curr%C3%ADculo+como+conflu%C3%Aancia+de+pr%C3%A1ticas&ots=G6HuktzSrQ&sig=hrygREk3y4q2nWwzNjwl8MNqpJk#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? *In*: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/10-%20Sacristan-%20Saberes%20e%20Incertezas%20sobre%20o%20Curriculo%20-%20Cap%201.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2021.

SAGREDO, Félix; NUÑO, Maria Victoria. En los orígenes de la Biblioteconomía y Documentación: Ebla. **Documentación de las Ciências de la Información**, Madrid, n. 17, p. 12-129. 1994. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/DCIN9494110123A/20046>. Acesso em: 07 abr. 2020.

SANTOS, Ana Paula Lima dos; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/248/264>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237/235>. Acesso em: 09 abr. 2020.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FEITOSA, Luiz Tadeu. Uma análise sobre a identidade da Biblioteconomia brasileira: o enfoque da interdisciplinaridade. **Biblionline**, João Pessoa, v. 3, n.1, p. 1-14, jan./jun. 2007. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24486/1/2007_art_jlcsilva.pdf. Acesso em: 07 maio 2020.

SILVA, Luiz Antônio Gonçalves da. Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n. 1, p. 67-87, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n1/v39n1a05.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, Roberta Pereira da. Biblioteconomia e interdisciplinaridade: uma abordagem curricular. **Repositório Institucional de Geociências**, Rio de Janeiro, 2010. p. 1-12. Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/908/1/evento_robertasilva.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVA, Sandra Fonseca da. **Cursos de Biblioteconomia do Brasil**: oferta da disciplina sobre conservação, preservação e restauração de acervo bibliográfico. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. f. 70. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/18454/5/TCCG%20-%20Biblioteconomia%20-%20Sandra%20Fonseca%20da%20Silva%20-%202019.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A Preservação da Informação Arquivística Governamental nas Políticas Públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008. p. 74-115. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/2109060/a-preservacao-nos-arquivos-e-na-arquivologia>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação. **Cadernos do CEOM – Arquivo: pesquisa, acervo e comunicação**. Chapecó: Argos, ano 18, n. 22, p. 177-190, 2005. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/2250/1332>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SIMMONS UNIVERSITY. **Nossa Missão e História**. 2020. Disponível em: <https://www.simmons.edu/about/our-mission-history>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SOUSA, Maria Eliziana Pereira de; TARGINO, Maria das Graças. Cindo leis da Biblioteconomia/Cindo leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ciência da Informação**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 11-29, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2334/1840>. Acesso em: 09 abr. 2020.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Lisa; Brasília, DF: INL, 1980. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12779>. Acesso em: 11 abr. 2020.

THE ANDREW W. MELLON FOUNDATION. **Missão**. 2020. Disponível em: <https://mellon.org/about/mission/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Colegiado do Curso de Biblioteconomia e Documentação. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia na modalidade de Bacharelado**. Salvador: UFBA, 2016. p. 77.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Departamento de Biblioteconomia e Documentação. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia na modalidade de Bacharelado**. João Pessoa: UFPB, 2007. p. 65. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/documentos/ppp%20do%20curso%20de%20bibliotecaconomia/view>. Acesso em: 11 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Graduação. Unidade avançada do Cariri. **Projeto Pedagógico do curso de Biblioteconomia na modalidade de Bacharelado**. Fortaleza: UFCa, 2006. p. 86. Disponível em: <https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/08/BiblioteconomiaUFCA-Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico-2006.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Departamento de Biblioteconomia. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia na modalidade de Bacharelado**. São Luís: UFMA, 2020. p. 71. Disponível em: <http://www.ufma.br/portaUFMA/arquivo/VoxFpKFSbrfu2g6.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

VIEIRA, Keitty Rodrigues; KARPINSKI, Cezar. As contribuições da Escola de Chicago para a Ciência da Informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e**

Biblioteconomia, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 128-138, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abcib/article/view/40189/20561>. Acesso em: 10 maio 2020.

YAMASHITA, Marina Mayumi; PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. Preservação do patrimônio documental bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 172-184, ago./dez. 2006. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2009/11/pdf_c835af3d2a_0006726.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.